



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

OS QUILOMBOS DO RIBEIRA E A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Laura Dallabrida Leite e Silva (Universidade Federal de Minas Gerais) - lauradallabridaleite@gmail.com
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG

OS QUILOMBOS DO RIBEIRA E A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Um estudo sobre a paisagem natural e cultural do Vale do
Ribeira/SP

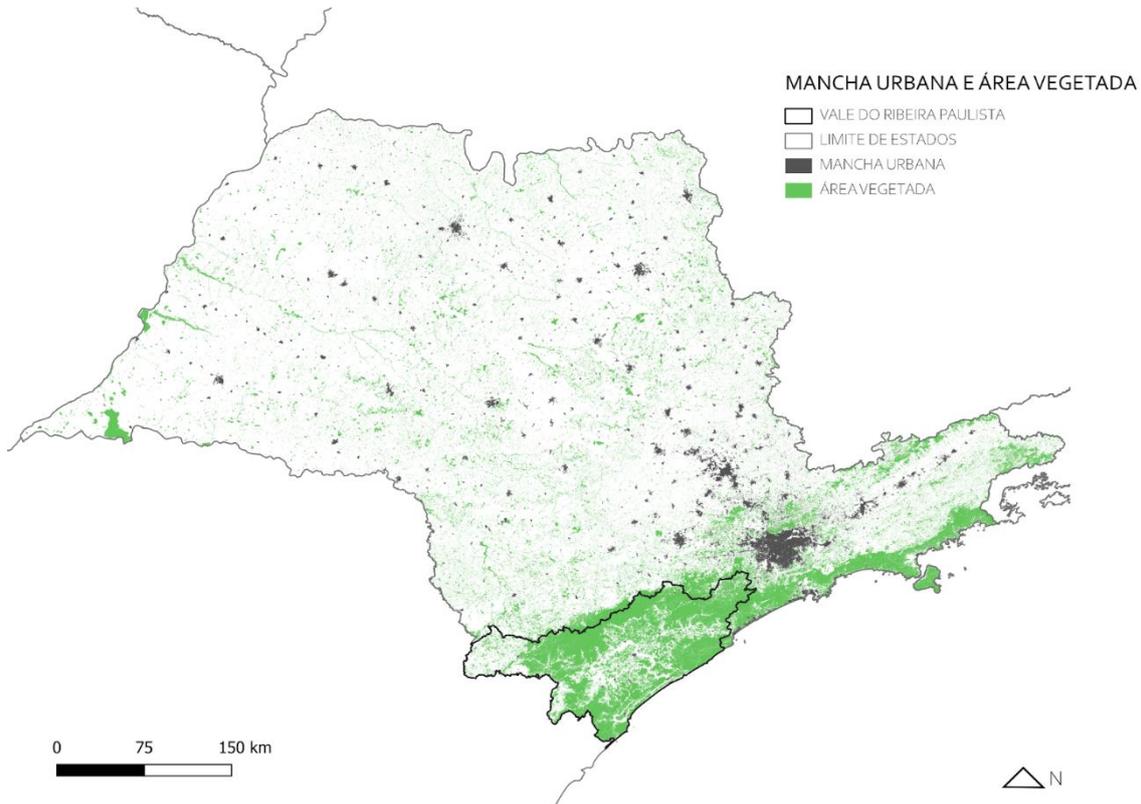
1. INTRODUÇÃO

A relação dialética entre paisagem natural e cultural possui longa tradição epistemológica. Ainda que para a UNESCO estes se tratem de dois conceitos distintos, visto que lhes destinou duas classes de chancela por meio da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural de 1972, a distinção entre ambos nem sempre é tão evidente. Por um lado, parece cada vez mais difícil conceber a paisagem sem a interferência humana – visto que ela é um conjunto de objetos naturais e artificiais (SANTOS, 2002). Por outro, a construção de uma determinada identidade cultural pressupõe sua relação com um sítio em específico. Voltamos, neste sentido, à definição de *Landschaft* de Sauer (1925) que afirmava a paisagem como união de seus elementos físicos e culturais, cujas relações estão diretamente associadas ao tempo e ao espaço, em um processo constante de desenvolvimento e mudança.

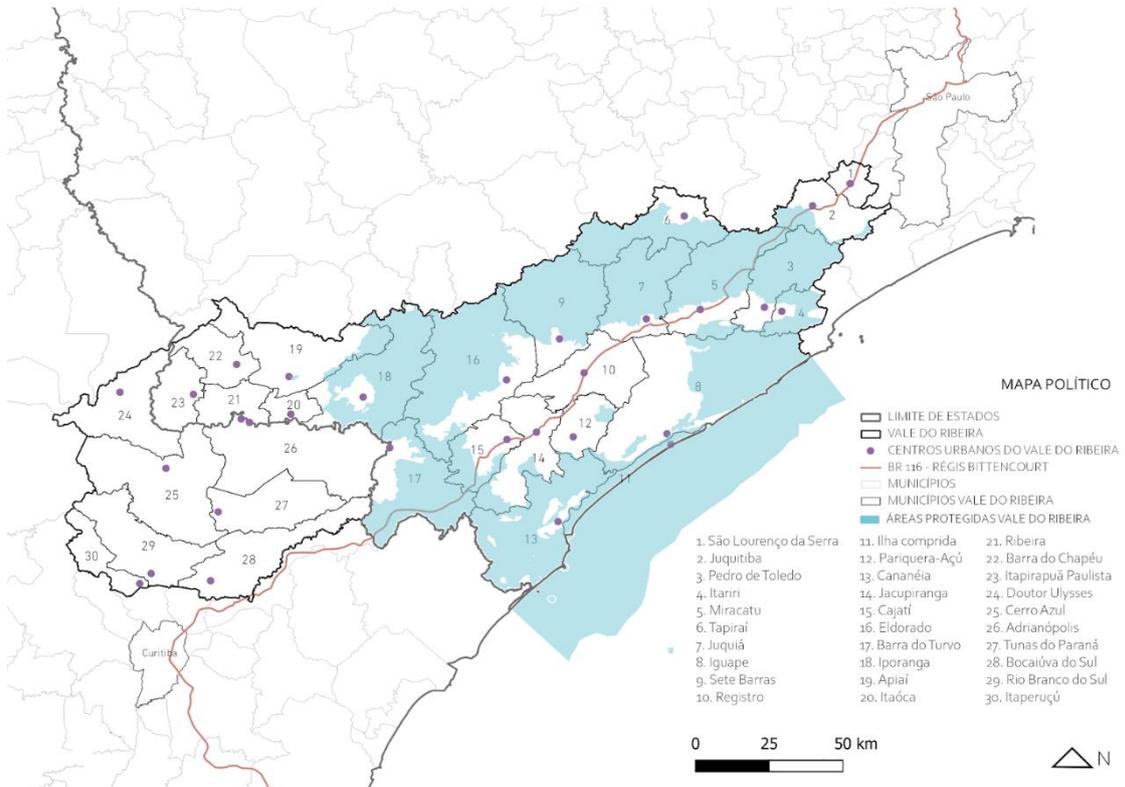
Desde a definição dada pela Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, a UNESCO inscreveu 22 bens brasileiros na lista do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2021). O território sobre o qual este artigo se debruça, denominado “Reservas da Mata Atlântica do Sul e Sudeste”, é um dos 7 Patrimônios Naturais da Unesco no Brasil e foi o segundo a receber este tipo de chancela no país (UNESCO, 2021). Este patrimônio compreende 25 áreas protegidas dentro dos remanescentes de mata atlântica e 6 Unidades de Conservação (UCs), inscritas, em sua maior parte, na extensão territorial dos municípios do Vale do Ribeira Paulista¹.

Localizado entre as Regiões Metropolitanas de São Paulo e Curitiba e cortado pela BR-116, o Vale do Ribeira mantém mais de 85% de suas áreas de Mata Atlântica preservadas (MMA/IBGE, 2002) e representa o maior remanescente contínuo do Brasil – dos 7% de cobertura florestal que ainda restam de todo o bioma no país, 21% estão localizados no território. Seu caráter ambiental passou a ser reconhecido, principalmente, a partir dos anos 1980, quando assumiu o papel de conservação da biodiversidade, em especial com relação ao conjunto do estado de São Paulo. A partir de então, começaram a ser criadas inúmeras áreas protegidas e unidades de conservação na região, em esforços para preservar a flora e fauna locais.

¹O Vale do Ribeira é uma região ao sul do estado de São Paulo e leste do estado do Paraná que compreende 31 municípios, 23 paulistas e 7 paranaenses, dos quais apenas 3 (Registro, Iguape e Cananéia) ultrapassam 20.000 habitantes. O presente trabalho tem como objeto de investigação a porção paulista do Vale do Ribeira, composta por 23 municípios que constituem 73,6% de sua área total e abrigam quase todas as Unidades de Conservação do território.



Relação da cobertura vegetal natural e áreas urbanizadas do Vale do Ribeira com a do restante do Estado de São Paulo. Fonte: DATAGEO e IBGE. Elaborado pela autora.



Áreas de proteção ambiental e municípios do Vale do Ribeira paulista. Fonte: DATAGEO e SIGRB. Elaborado pela autora.

Contudo, para além dos aspectos naturais, o Vale do Ribeira possui importantes remanescentes culturais que, ao contrário dos primeiros, não têm recebido o mesmo tratamento e visibilidade. Em sua área total de 2.830.666 hectares, o Vale do Ribeira abriga mais de 80 comunidades quilombolas, centenas de comunidades caiçaras, 16 comunidades indígenas, a maior concentração de agricultores familiares do sudeste brasileiro, além de diversos grupos de imigrantes, em especial japoneses, o que caracteriza a enorme diversidade e riqueza cultural e social do Vale (MOAB, 2014). Dos 51 quilombos reconhecidos pelo Itesp e Incra no Estado de São Paulo, 36 (70,6%) estão localizados no Vale do Ribeira (REIS, 2018), o que demonstra sua relevância também na preservação de comunidades tradicionais com relação ao conjunto do estado.

O presente artigo investiga a hipótese de que a existência de áreas de grande preservação da fauna e da flora originais do Vale não ocorre por acaso; está intrinsecamente relacionada com a história da ocupação deste território e seus remanescentes culturais. Os quilombolas, em especial, manejam a floresta atlântica no Vale do Ribeira há mais de 300 anos, com técnicas de plantio de baixo impacto (agricultura itinerante), baixa densidade populacional e resistência no território, impedindo, historicamente, a entrada de exploradores (QUILOMBOS DO RIBEIRA, 2020).

Para a verificação desta hipótese, investigou-se a questão por meio de duas teorias diferentes de análise da paisagem e a caracterização do território. O projeto territorial, conceituado por Joaquín Sabaté, interpreta a paisagem por meio da análise dos elementos que estruturam sua forma física e cultural, investiga as marcas do trabalho no território, apoiando-se, para tanto, tanto na compreensão do papel exercido pelas infraestruturas como na dimensão do tempo. Ian McHarg, por outro lado, faz o exercício de interpretação da paisagem analisando-a a partir de suas formações naturais, ecologia e caráter, do suporte geológico à superfície.

Apesar da diferença entre as abordagens e metodologias, ambos os métodos se baseiam na representação cartográfica e sobreposição de camadas, se utilizando do desenho como principal ferramenta de estudo do território. A análise do território, feita por meio da sequência de mapeamentos sobrepostos, é utilizada por McHarg (1969) como ponto de partida o entendimento de que é necessário compreender a natureza como um processo iterativo, que possui um sistema de valores, e pode oferecer oportunidades, restrições ou proibições para o uso humano. Já para Sabaté, a transição entre escala e a utilização de diversas camadas de análise, são utilizadas na construção de uma cartografia histórica que pretende identificar o território intangível, redescobrir e compreender o valor intrínseco do mesmo (SABATÉ, 2016). O método utilizado para identificar a relação intrínseca entre a paisagem natural e a cultural do Vale do Ribeira combina elementos de ambos os métodos: a análise da relação entre suporte e cobertura da paisagem de McHarg e a relação entre os espaços livres, as infraestruturas e os assentamentos do projeto territorial (ELINBAUM, 2014).

Ao todo, foram elaborados 68 mapas da região, a partir de bases cartográficas e georreferenciadas disponibilizadas pelo Sistema de Informações Geográficas do Ribeira de Iguape e Litoral Sul (SIG-RB); Google Satellite, Google Terrain; DataGeo e IBGE. Além disso, foram produzidos, também, mapas com base em relatos descritivos encontrados em livros, artigos,

dissertações e teses sobre o Vale do Ribeira, referenciados no trabalho. A cartografia produzida, em conjunto com as referências bibliográficas, serviram de base para a análise do território, apresentada nos tópicos seguintes.

2. BREVE HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DO VALE DO RIBEIRA

Os vestígios da ocupação do Vale do Ribeira podem ser recuperados a partir do período pré-colombiano devido a grande quantidade de sítios arqueológicos da região. No início do século XVI, quando chegaram os primeiros colonizadores ibéricos, o Vale era habitado por indígenas de origem Tupi. A colonização da região iniciou-se em 1531, e, nesse mesmo ano, começaram as buscas por ouro, Rio Ribeira acima. Uma das primeiras áreas colonizadas pelos ibéricos no Brasil, sendo território de disputa de portugueses e espanhóis, o Vale do Ribeira começou a ser explorado em 1550, quando ouro de aluvião foi descoberto no Alto Ribeira (DIEGUES, 2007), região de onde se tem os primeiros registros de existência de ouro no Brasil.

Considerado o primeiro ciclo econômico da região, o ciclo do ouro prosperou no Vale do Ribeira até o final do século XVII, com o esgotamento das jazidas auríferas da região e a descoberta das Minas Gerais, ocasionando um movimento de migração dos moradores do litoral sul de São Paulo. O mesmo não aconteceu no Alto Ribeira, região onde a exploração do ouro de aluvião foi mais relevante, em que a atividade mineradora persistiu, em menor escala, até meados de 1800 (DIEGUES, 2007). A casa de fundição de Iguape, principal povoado e ponto de exportação de minério à época, encerrou as atividades em 1763, marcando o fim do período mais expressivo da mineração no Vale.

Contemporaneamente ao declínio da exploração de minérios na região, a partir do século XVIII, começaram a surgir atividades de produção agrícola voltadas à exportação para portos de outras cidades brasileiras, além do crescimento da indústria da construção naval. Na época, a produção era, principalmente, de farinha de mandioca, arroz, cana-de-açúcar e peixe seco. Em 1787, no entanto, frente a uma crise nas exportações da capitania de São Paulo, Portugal proibiu o comércio entre centros urbanos da colônia, com exceção de Santos, em uma política de monopólio comercial e criação de uma economia segmentada e vinculada somente à Metrópole (DIEGUES, 1973). No cenário apresentado, a produção agrícola da região teve que ser abandonada, e o Vale do Ribeira passou por um período de declínio econômico e fome (DIEGUES, 2007).

Em 1808, foi decretada a reabertura dos portos e instituído o livre comércio na colônia (DIEGUES, 1973). Um ano depois, com a vinda da família real ao Brasil, surgiu a demanda por produção de alimentos e outros produtos agrícolas no país, em especial o arroz, o café, o fumo e a cana-de-açúcar (ITESP, 1998). A soma desses dois acontecimentos possibilitou, no início do século XIX, a retomada da produção agrícola e o início de um ciclo de riqueza para a região, marcada pela monocultura comercial do arroz, segundo ciclo econômico do Vale do Ribeira (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010).

Em 1836, a produção agrícola na região era tão expressiva que somente nas cidades de Iguape e Cananéia, principais povoados do Vale do Ribeira, encontravam-se quase 80% dos engenhos de arroz de toda a província de São Paulo (DIEGUES, 2007). Durante o século XIX, o valor de exportação de arroz

atingiu seus valores máximos, e Iguape assumiu a liderança na economia regional. A construção de um canal artificial para facilitação do escoamento da produção para o porto de Iguape ocasionou seu assoreamento e comprometeram as condições portuárias da cidade, impossibilitando o transporte fluvial e marcando o fim do ciclo do arroz (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010; DIEGUES, 2007).

O final do ciclo do arroz, somado ao fim da escravidão, com a sanção da Lei Áurea em 1888, gerou o movimento de êxodo de donos de grandes fazendas da zona rural em direção ao litoral, tanto para municípios dentro do Vale do Ribeira, Iguape e Cananéia, quanto para Santos e o Rio de Janeiro. Os pequenos proprietários, que já eram produtores autônomos e não utilizavam mão-de-obra escravizada, permaneceram no planalto, voltados a uma economia de subsistência (DIEGUES, 2007).

A consequência do declínio das atividades agrícolas e fim do ciclo do arroz foi a estagnação econômica, contrastando com o restante do estado de São Paulo, que passava por um período de desenvolvimento rural e urbano, decorrido da cultura do café. O clima inadequado para a implantação da cafeicultura, somado às restrições de funcionamento do Porto de Iguape, que limitou o transporte da produção agrícola aos centros consumidores, fez com que o Vale do Ribeira passasse por um período de isolamento. À margem dos investimentos do Estado (ALMEIDA et al., 2016), a região caracterizou-se como uma grande área rural de pequenos proprietários, com produção de subsistência ou voltada ao mercado interno e ausência de iniciativas de industrialização (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010).

No início do século XX, políticas de ocupação do território começaram a ser desenvolvidas para o Vale mediante a implantação de núcleos de colonização japonesa no Brasil. No início da década de 30, o Vale passou a ter uma intensa atividade de produção de chá para exportação. que chegou ao apogeu da teicultura na região – marcando seu terceiro ciclo econômico –, entre os anos 50 e 70 (SILVA, 2005)

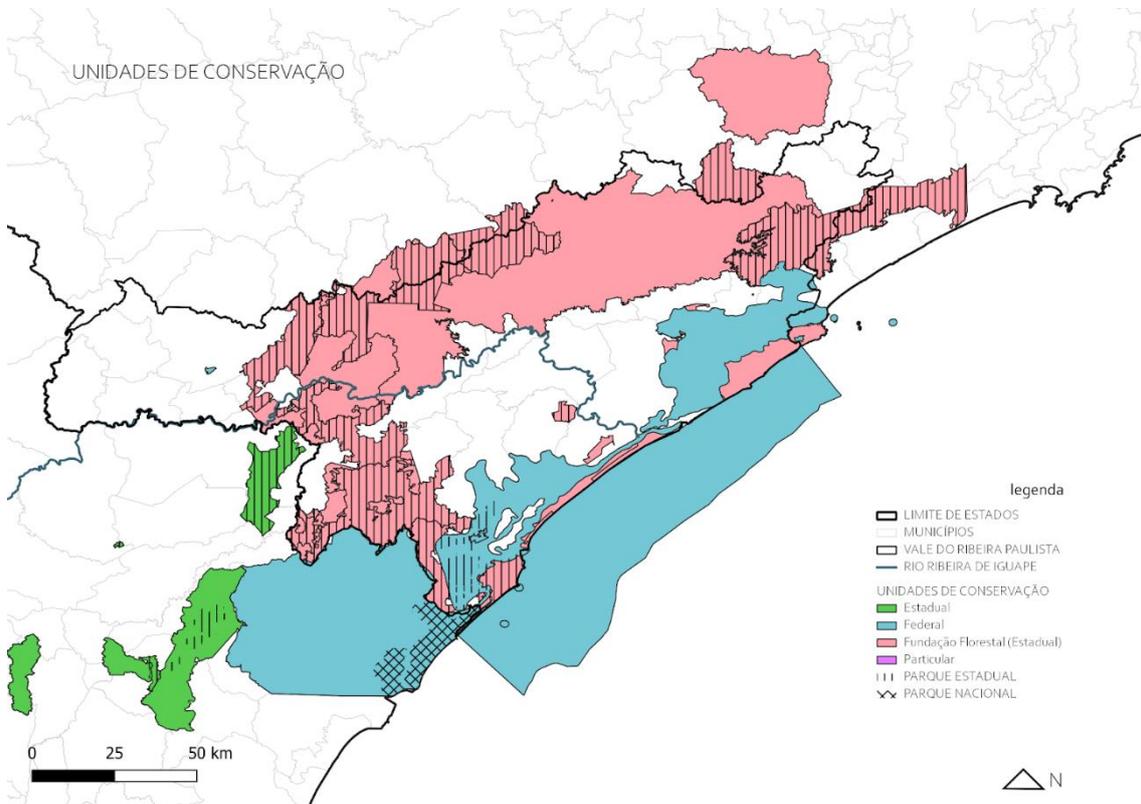
Paralelamente à implantação da cultura do chá, desenvolveu-se na região, também, a bananicultura, que movimentou grande parte da economia local até hoje e marca o quarto, e mais recente, ciclo econômico do Vale do Ribeira. Iniciado em 1870, nos municípios da Baixada Santista, o cultivo de banana se expandiu na direção sul, ao longo da estrada de ferro Santos-Juquiá, se consolidando no Vale do Ribeira entre os anos 40 e 50. A disponibilidade de terras virgens e o baixo custo econômico para implantação da cultura, dado o baixo nível de tecnificação da mesma, atraíram investidores atrás de lucros com a produção de banana.

O crescimento do cultivo da banana e do chá intensificou o processo de incorporação da região ao mercado, mas não foi o suficiente para reverter a situação de estagnação econômica da região, iniciada com o fim do ciclo do arroz e agravada em meados da década de 50. A partir dessa época, começam a ser implementadas ações e planos governamentais para se enfrentar o isolamento e a estagnação e promover o desenvolvimento, por meio do incentivo à produtividade agrícola, estabelecimento de empresas agropecuárias, indústrias voltadas ao cultivo de banana, mineração, incentivo à pesca, cultivo de cacau e de seringueira (GIACOMINI, 2010).

Atualmente, o Vale do Ribeira concentra o maior número de pequenos agricultores do Estado de São Paulo (DESENVOLVE SP, 2020). A economia é baseada, em todos os municípios do Vale do Ribeira, no setor primário, em especial no extrativismo vegetal, (com extração muitas vezes irregular de espécies em extinção como o palmito), algumas áreas de reflorestamento e agricultura, com a predominância já destacada da monocultura da banana (DIEGUES, 2007) e na cultura do chá. Nos municípios litorâneos sobressai a pesca, sobretudo de camarão em Cananéia e de manjuba em Iguape. A agroindústria, mineração, produtos químicos e turismo de caráter popular, em expansão, são atividades que também passaram a ser implementadas na área, mais recentemente (DESENVOLVE SP, 2020).

3. O TERRITÓRIO SEGUNDO O DOSSIÊ DE TOMBAMENTO

Por se encontrar à parte do processo de desenvolvimento rural e urbano que aconteceu no restante do estado de São Paulo, em especial entre os anos 40 e 50, o Vale do Ribeira manteve conservada, ao longo de todos os momentos da construção de sua paisagem, uma grande extensão de vegetação nativa. Na década de 60, iniciou-se um movimento de criação de áreas protegidas, apoiado por organizações da sociedade civil (principalmente por meio de ONGs), cientistas, movimentos e associações locais (DIEGUES, 2007). A partir da década de 80, o Vale do Ribeira assume um novo papel, em especial frente ao Governo do Estado de São Paulo: o de conservação da biodiversidade (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010).



Unidades de Conservação do Vale do Ribeira. Fonte: DATAGEO e SIGRB. Elaborado pela autora.

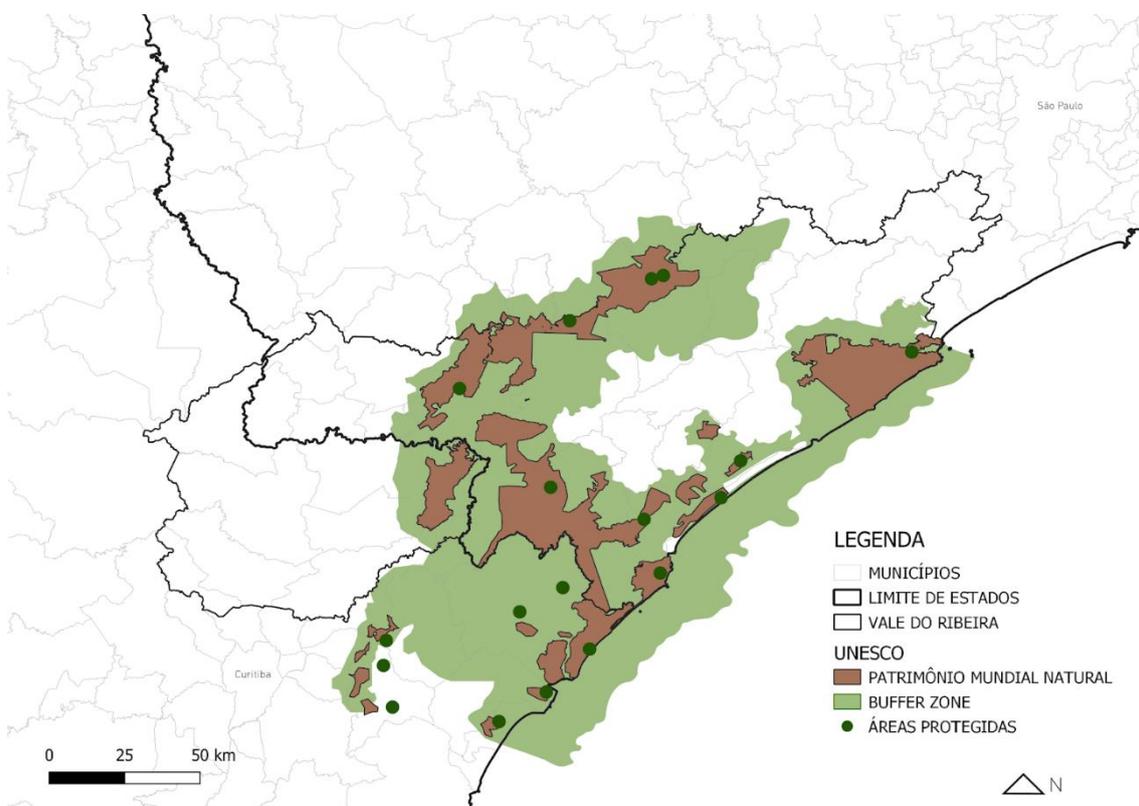
Em 1999, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) reconheceu a importância ambiental da região. Foi tombada uma área de 47 mil hectares, entre os estados de São Paulo e Paraná, como Patrimônio Mundial Natural. O objetivo do tombamento foi prevenir a perda irreversível de um ecossistema florestal de grande valor biológico, flora e fauna únicas e excepcionalmente diversas e beleza natural proeminente, em uma área que possui grande parte dos últimos vestígios de vegetação atlântica remanescentes na América do Sul. (UNESCO, 1999).

O sítio foi inscrito na lista do Patrimônio Mundial por atender três dos dez critérios de seleção da UNESCO. São esses:

(vii) – conter fenômenos naturais excepcionais ou áreas de beleza natural e estética de excepcional importância;

(ix) – ser um exemplo excepcional que represente processos ecológicos e biológicos significativos da evolução e do desenvolvimento de ecossistemas terrestres, costeiros, marítimos ou aquáticos e comunidades de plantas ou animais;

(x) – conter os mais importantes e significativos habitats naturais para a conservação in situ da diversidade biológica, incluindo aqueles que contenham espécies ameaçadas que possuem um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação (UNESCO, 1999).



Reservas da Mata Atlântica do Sul e Sudeste, patrimônio mundial natural da UNESCO. Fonte: UNESCO e IBGE. Elaborado pela autora.

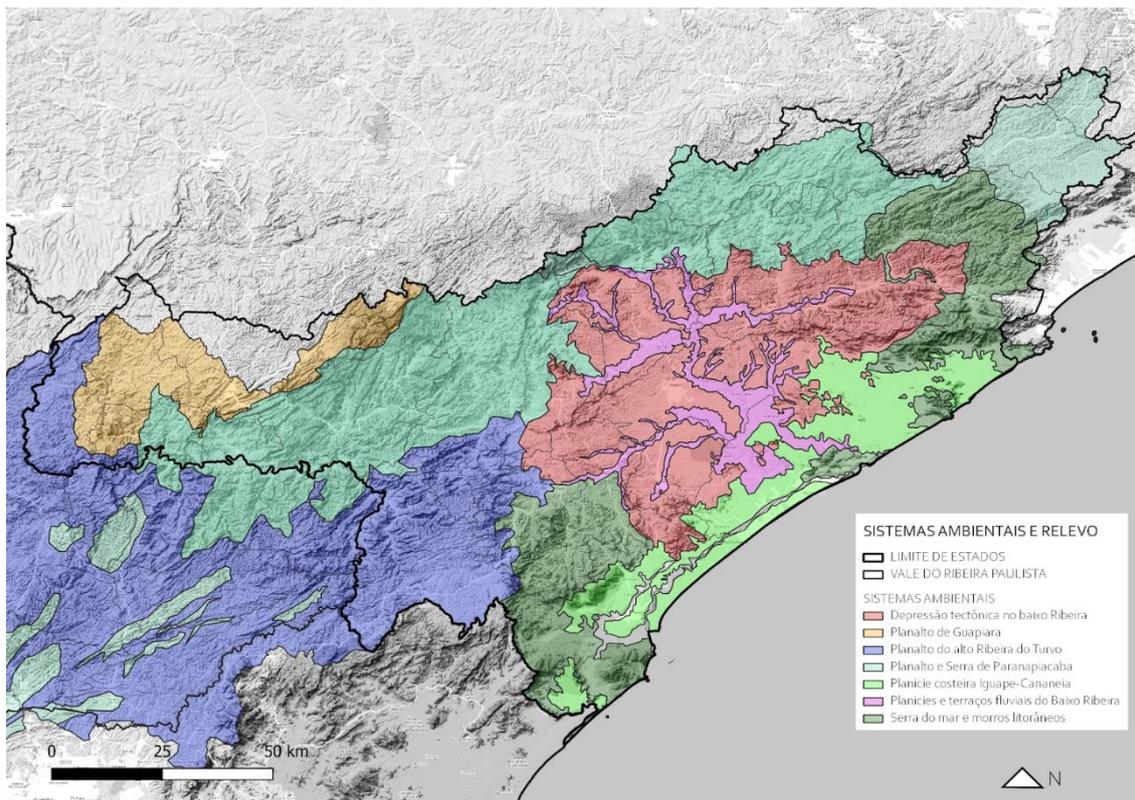
Hoje, cerca de 51,6% da área do Vale do Ribeira está protegido legalmente, integrando um mosaico de Unidades de Conservação (UCs) tanto marinhas quanto terrestres, compostas por parques, estações ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental (APAS) ou reservas extrativistas e de desenvolvimento Sustentável (DIEGUES, 2007), que compõe a paisagem do território. Nesse, encontram-se espécies raras como o cedro, o palmito, a canela, a araucária e a caxeta, além de diversidade de bromélias e orquídeas. Mesmo com ameaças, as Unidades de Conservação têm respaldo legal e apoio governamental, de institutos e organizações que preveem a proteção do patrimônio natural do Vale do Ribeira. Por outro lado, o movimento pela conservação da biodiversidade transformou parte considerável de territórios de comunidades tradicionais localizadas em áreas de grande relevância ambiental, em unidades de conservação de proteção total, onde, por lei, não é permitida a presença humana (DIEGUES, 2007).

4. O TERRITÓRIO DO VALE DO RIBEIRA

4.1 ESTRUTURA DA PAISAGEM

O Vale do Ribeira é uma região de relevo complexo, composta por morros, colinas, escarpas, montanhas, serras e planícies. As amplitudes topográficas vão de 0 metro de altitude, ao nível do mar, a pontos que chegam a até 1700 metros nas áreas de serras, o que evidencia o relevo acidentado que compõem o médio e alto curso do vale do rio Ribeira de Iguape.

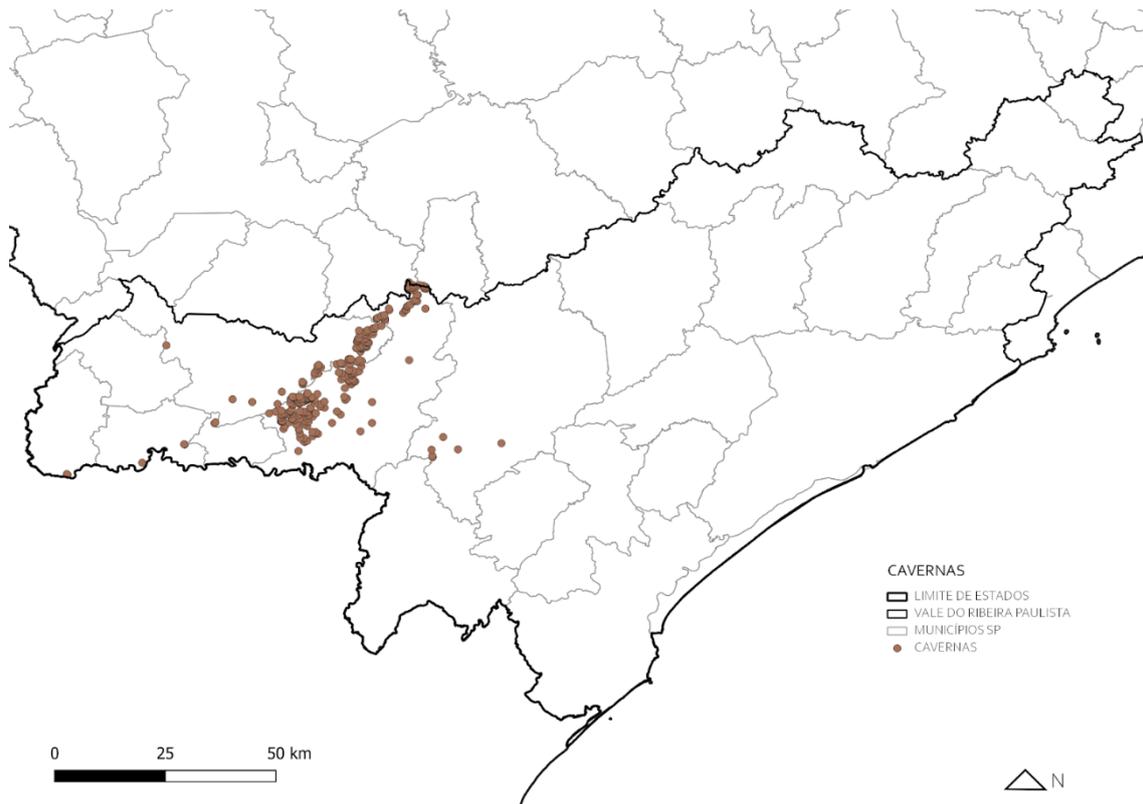
A estrutura física do território é formada por 7 sistemas ambientais distintos: a depressão tectônica do baixo ribeira, composta por colinas baixas de topos convexos; as planícies e terraços fluviais do baixo ribeira e costeiras de Iguape-Cananéia; a Serra do Mar e morros litorâneos, composta por morros altos com vales profundos; o planalto e Serra de Paranapiacaba, compostos, também, por morros altos com vales profundos; Planalto do Alto Ribeira do Turvo, composto por morrotes e colinas; e o Planalto de Guapiara, composto por morros baixos e vales entalhados.



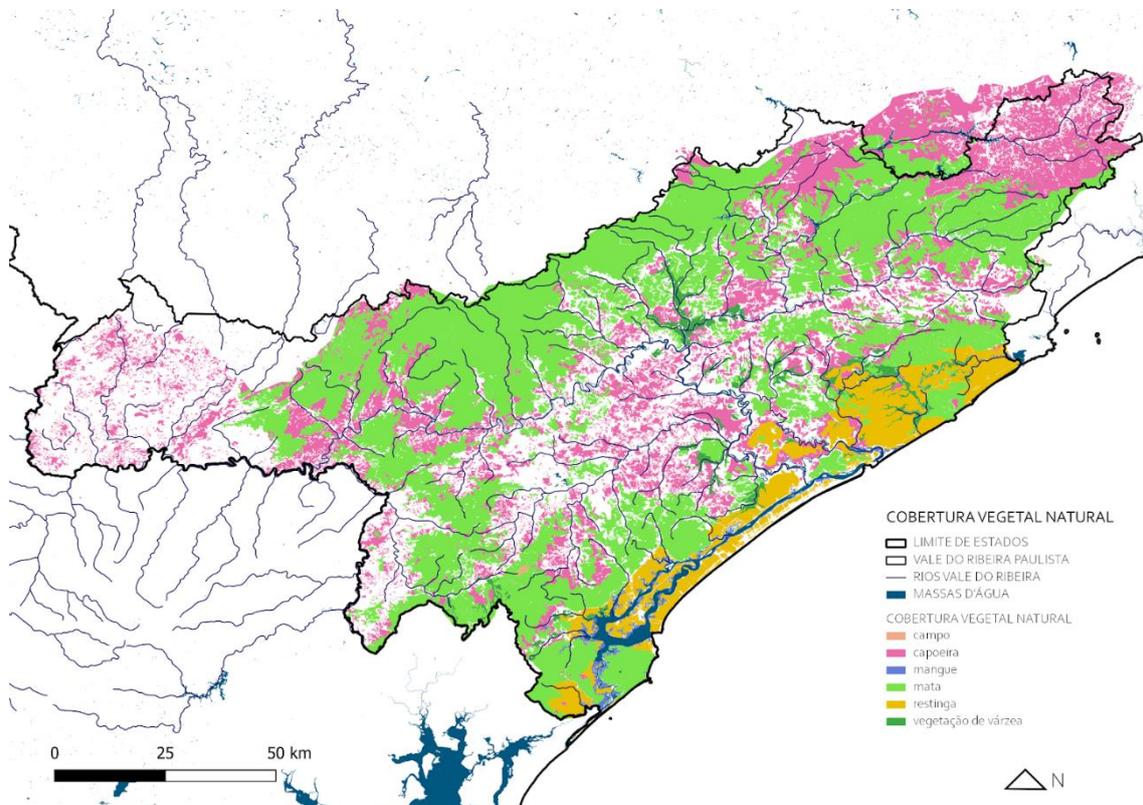
Sistemas ambientais e relevo do Vale do Ribeira. Fonte: DATAGEO e SIGRB. Elaborado pela autora.

O relevo acidentado do Vale do Ribeira, somado a outros fatores socio-ambientais, auxiliou para a preservação da vegetação nativa da região, dificultando o acesso às áreas íngremes e formando uma barreira à ocupação. (ENGEORPS, 1996, apud. SIMA, 2014). Segundo dados da Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA/CPLA, 2010), quase 83% do uso e cobertura da terra é de vegetação arbórea nativa ou de reflorestamento, 14,35% é de cobertura herbácea arbustiva, que inclui a agricultura e a vegetação nativa em processo de regeneração, e apenas menos de 1% (0,66%) do território corresponde a áreas urbanas ou vilas rurais adensadas (SIMA, 2014).

Outra característica do Vale do Ribeira que apresenta elevada importância de conservação é o elevado número de cavernas presentes na região, cujo o entorno ou área de influência, de 250 metros, é protegido por legislação federal. No Vale do Ribeira e Alto Paranapanema, região a norte do Vale, são conhecidas e cadastradas mais de 600 cavernas, segundo dados da Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE) e do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (CECAV) (SIMA, 2014).

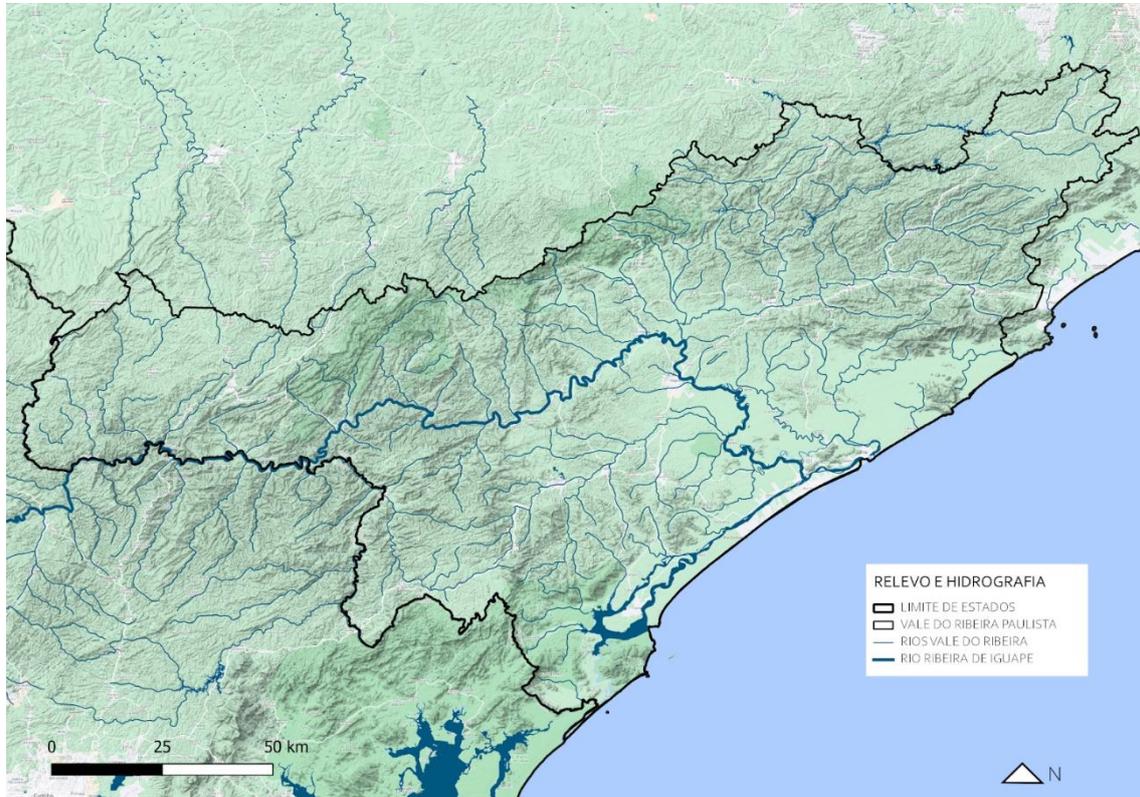


Cavernas do Vale do Ribeira. Fonte: DATAGEO e SIGRB. Elaborado pela autora.



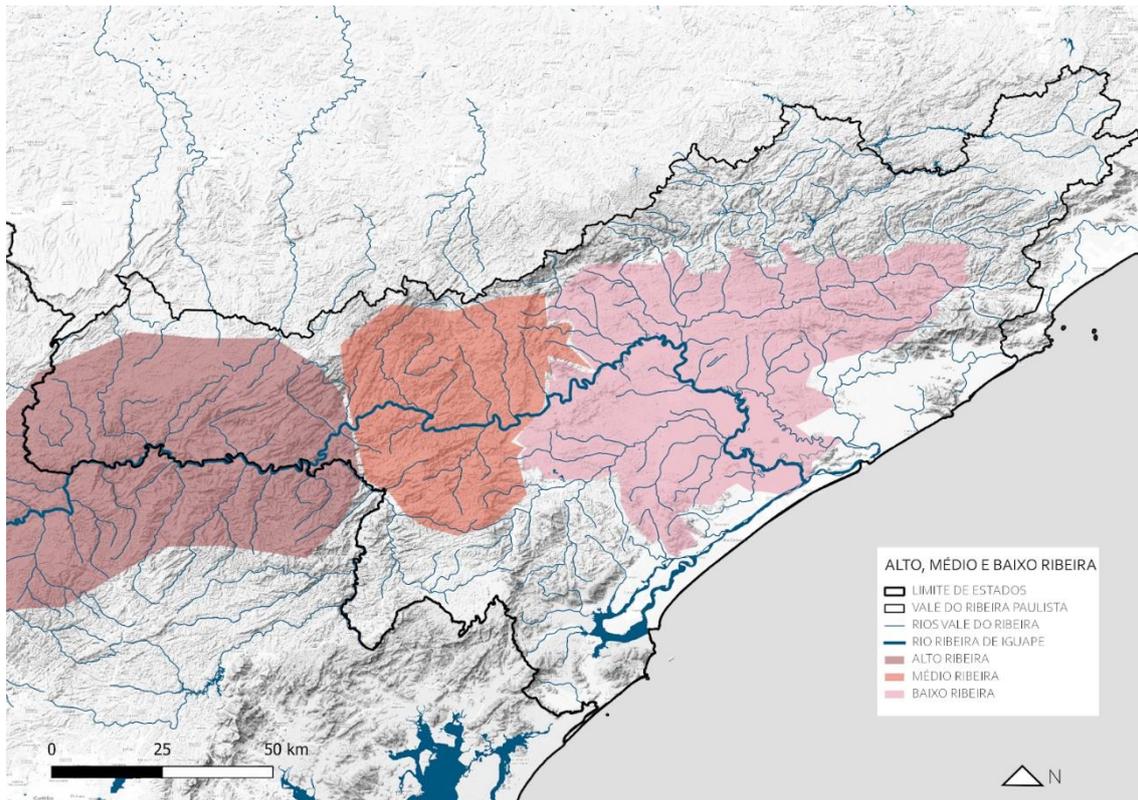
Cobertura vegetal natural do Vale do Ribeira. Fonte: DATAGEO e SIGRB. Elaborado pela autora.

O Vale é caracterizado, também, por seus recursos hídricos, de grande importância para a ocupação histórica do território. O Rio Ribeira, de extensão de aproximadamente 470 km, tem sua foz no encontro dos rios Ribeirinha e Açungui, no município de Cerro Azul, no Paraná, a uma altitude de mais de 1.000 metros na Serra de Paranapiacaba.



Relevo e hidrografia do Vale do Ribeira. Fonte: DATAGEO e SIGRB. Elaborado pela autora.

A região do Vale do Ribeira pode ser dividida em 3 partes: Alto, Médio e Baixo Ribeira.



Localização das regiões do Vale do Ribeira. Fonte: DATAGEO e Google Terrain. Elaborado pela autora.

O Alto Ribeira compreende a área de montante do Rio Ribeira de Iguape e pode ser considerado um dos relevos mais complexos do Brasil, principalmente por conta de sua grande diversidade lito-estrutural (ROSS, 1997, apud. GOMES, 2003). Possui vales profundos e estreitos de vertentes íngremes, provocados por ciclos erosivos recentes. É constituído principalmente por planaltos e corredeiras, que o garantem uma alta capacidade erosiva e de transporte. A região conta, também, com a frequente presença de cachoeiras, resultadas de contatos entre litologias de diferentes resistências à erosão (CAMARGO et. al., 1987, apud. GOMES, 2003).

O Médio Ribeira é uma região intermediária entre as serras e o vale, caracterizado pela presença de planaltos e vales bem entalhados com drenagem de alta densidade. Possui alto nível de fragilidade potencial, sujeita a processos erosivos lineares e grande probabilidade de movimentação de massas (GOMES, 2003).

O Baixo Ribeira é caracterizado pela depressão pertencente à Bacia Sedimentar do Baixo Ribeira, da Formação Pariquera-Açu. Seus limites geográficos são o Planalto do Rio Ribeira, a Serra do Mar e a Planície Litorânea de Iguape-Cananéia. As formas predominantes nessa região são colinas e patamares aplainados, com vales variando entre 20 e 40m e planícies fluviais de fundos planos (GOMES, 2003).

A estrutura da paisagem forneceu os recursos necessários à ocupação histórica do Vale do Ribeira e à apropriação humana e produção da vida material no mesmo. O ouro de lavagem, nos planaltos do Alto e Médio Ribeira, e o ambiente propício para a implementação da monocultura do arroz, nas planícies

encharcadas do Baixo Ribeira, ao longo do Rio Ribeira e seus afluentes, proporcionaram os dois primeiros e mais expressivos ciclos econômicos e movimentos de colonização da região.

4.2 INFRAESTRUTURAS

4.2.1 Hidrovias

O rio ribeira foi, e ainda é, um rio de grande importância para a história do Vale do Ribeira. Durante séculos, foi o único meio de conexão dos núcleos de povoamento do Vale entre eles e com outras regiões do país. Fez o papel não apenas de meio de circulação da vida material da região, como também da vida social e cultural (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010).

Com a chegada dos primeiros colonos no Vale do Ribeira, o rio Ribeira exerceu o papel de via para o processo de interiorização na busca de metais preciosos. Junto com as bandeiras, à procura de ouro, passavam, também, missões evangelizadoras, construindo igrejas e realizando expedições de propagação da fé cristã rio acima (PAES, 2014).

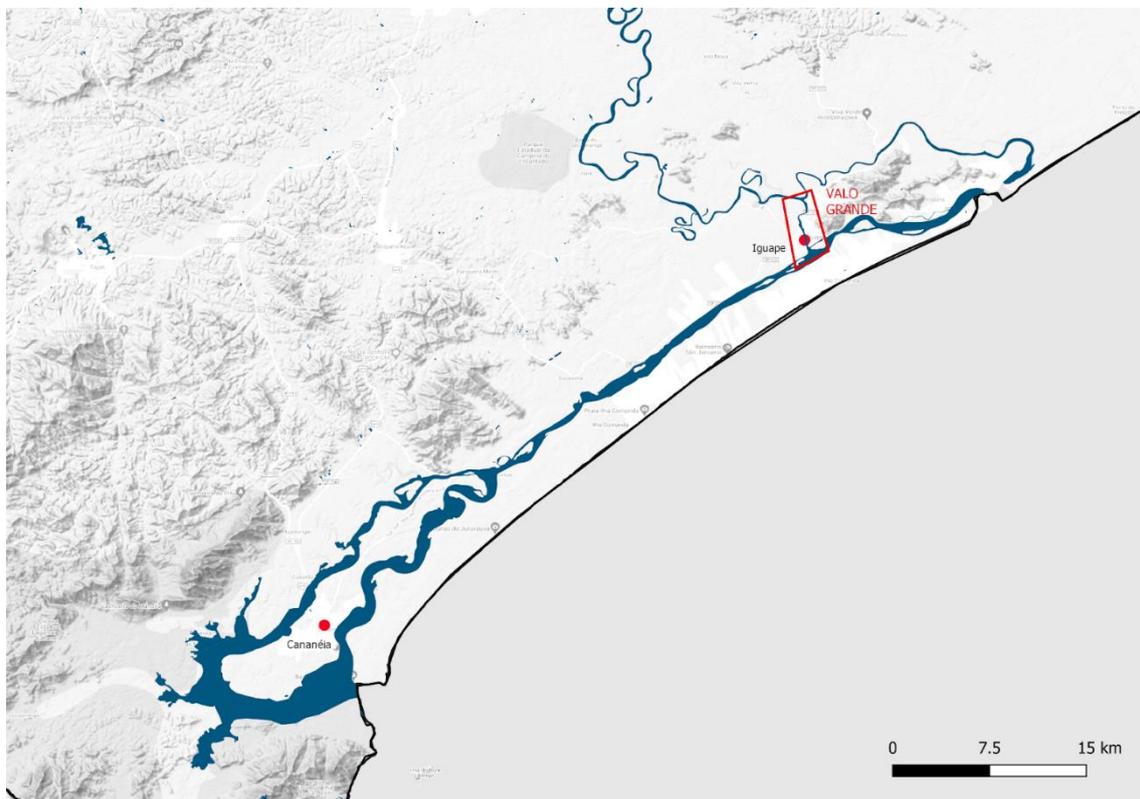
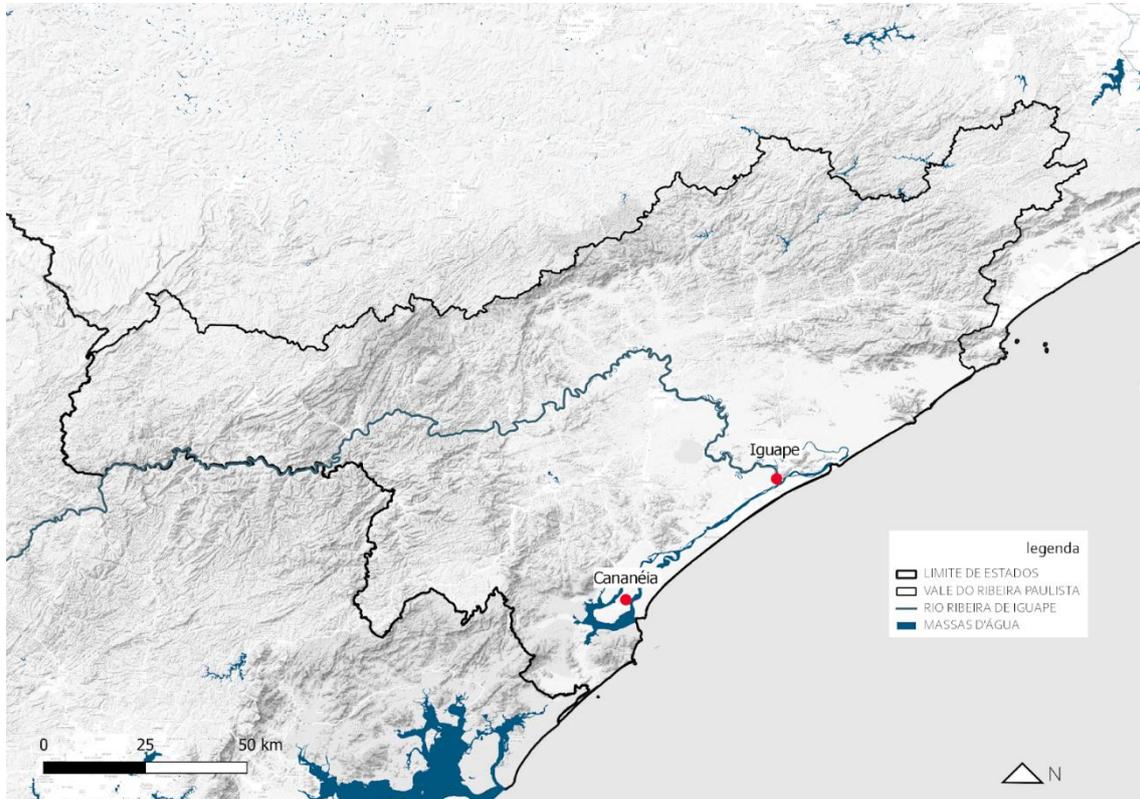
As primeiras jazidas de ouro em território português foram encontradas próximo de onde está localizado, hoje, o município de Apiaí, no Alto Ribeira (PAES, 2014), o que indica que o rio Ribeira era navegável ao longo de toda a sua extensão no território paulista. Em seguida, foram encontradas jazidas, também, no Médio Ribeira, onde arraiais de garimpo se instalaram, ao longo do rio Ribeira (PAES, 2014). O rio passou a ser o corredor por meio do qual o transporte de pessoas e da produção de minério era feito, servindo de conexão do planalto do interior ao litoral, de onde a carga era exportada.

Mesmo após o fim da mineração no Vale do Ribeira, o rio Ribeira de Iguape continuou tendo um papel central na região. O ciclo econômico seguinte, a monocultura comercial do arroz, também se desenvolveu ao longo do rio e seus afluentes, onde se localizavam terras inundáveis, necessárias ao cultivo de arroz (PAES, 2014).

O porto de Iguape, já relevante por assumir o papel de porta de entrada para a região, passou a ter uma movimentação ainda mais intensa e constante, tanto para exportação da produção vinda do planalto, transferida para os portos fluviais, e escoada pelo Rio Ribeira de Iguape, quanto para importação de produtos vindos de outras capitanias (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010).

Durante o século XIX, o valor de exportação de arroz atingiu seus valores máximos, e Iguape assumiu a liderança na economia regional. A prosperidade econômica e aumento da atividade portuária permitiu que fossem feitos investimentos na região, com foco no sistema de navegação marítimo e fluvial: manutenção e construção de novos portos, modernização das embarcações, e, em 1827, a construção de um canal artificial (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010). O canal, de 3km de comprimento por 3 metros de largura, ligava o Porto Fluvial da Ribeira ao Mar Pequeno, e tinha como objetivo facilitar o transporte da produção que descia o rio em direção ao porto marítimo para ser exportada. O volume de água, no entanto, gerou o solapamento das margens do canal, que acarretou no assoreamento do Mar Pequeno e na constituição do chamado Valo Grande, hoje com aproximadamente 300 metros de largura (NASCIMENTO;

SCIFONI, 2010; DIEGUES, 2007). O assoreamento comprometeu as condições portuárias da cidade, marcando o declínio do porto de Iguape e, conseqüentemente, da navegação de cabotagem. Os portos fluviais continuaram ativos até a criação de uma malha rodoviária conectada com a ferrovia, na década de 1940, retirando a necessidade do serviço fluvial e extinguindo a navegação no rio Ribeira de Iguape (CAMARGO, 2009).



Localização do canal Valo Grande. Fonte: DATAGEO, SIGRB e Google Terrain. Elaborado pela autora.

Apesar de não ser mais utilizado para a navegação, o rio Ribeira de Iguape segue presente no imaginário coletivo e na cultura dos povos que habitam o Vale do Ribeira. Diversos mitos e crenças de negros e colonizadores europeus foram construídas em volta do rio, possuidor de valor simbólico para todos os grupos sociais que passaram pelo território.

Para as comunidades quilombolas, uma crença relacionada ao rio é a dos negros d'água, seres de espírito brincalhão que as populações relatam que viviam no rio Ribeira e viravam canoas, encantavam mulheres, comiam crianças e levavam homens para o fundo do rio. Para o catolicismo, o rio também tem importância simbólica, pois foi onde foi lavada a imagem do Senhor Bom Jesus de Iguape, o santo mais importante do Vale do Ribeira (PAES, 2014). A Festa da Nossa Senhora do Livramento, em Iporanga, é uma festividade que acontece há mais de 200 anos na região, que consiste em uma procissão que segue o rio Ribeira como agradecimento à santa. Os ribeirinhos e indígenas possuem, também, forte relação cultural com o rio, tendo, historicamente, as águas do rio como um meio de vida e circulação (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010). Assim, pode-se afirmar que o Rio Ribeira de Iguape é um elemento em torno do qual se fundou a memória coletiva regional, conectando fluxos materiais e imateriais de construção da paisagem cultural do Vale do Ribeira (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010).

4.2.2 Ferrovias e Rodovias

Com as restrições de funcionamento do Porto de Iguape, o transporte da produção agrícola aos centros consumidores foi limitado, e o Vale do Ribeira passou por um período de isolamento (ALMEIDA et al., 2016). De modo a tentar contornar a situação, nessa mesma época, o governo do Estado de São Paulo começa a desenvolver políticas de ocupação do território, com a concessão e financiamento de terras a grupos de imigrantes estrangeiros para a colonização do Vale do Ribeira (GALVANESE et al., 2015).

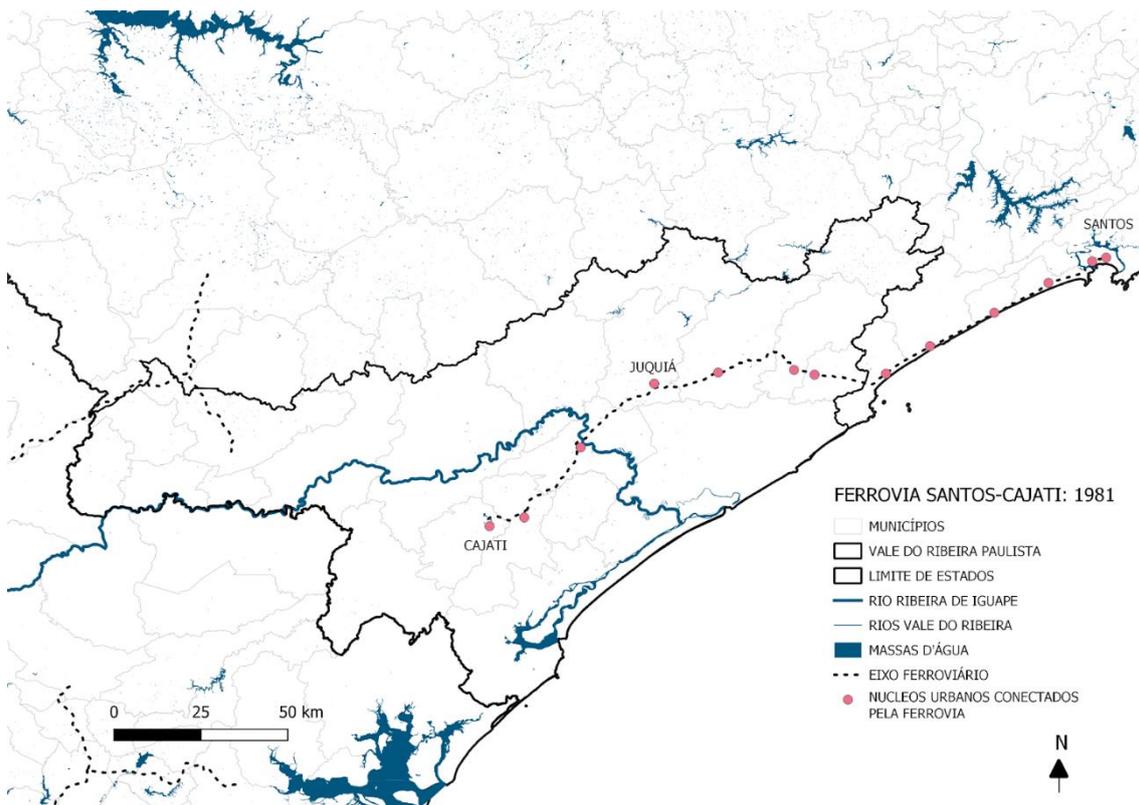
No início do século XX, o Estado passa por um momento de intervenção na região com o financiamento de grandes projetos e ações que tem como objetivo cumprir com os compromissos firmados com as colônias imigrantes (LOMBARDI, 2016). Assim, em 1915, foi construída a estrada de ferro Santos-Juquiá pela companhia Southern San Paulo Railway. A ferrovia foi construída, por meio de concessões do Estado de São Paulo, com o objetivo de integrar a produção agrícola regional aos mercados consumidores urbanos e ao Porto de Santos, para exportação (Muller, 1980, apud. GALVANESE et al., 2015).

Com a construção da linha férrea, os trens passaram a fazer o transporte de cargas e passageiros. A ferrovia foi de grande importância para a urbanização dos municípios do Vale, proporcionando o crescimento e aumento demográfico de algumas cidades e o surgimento de outras, além de iniciar o processo de inversão do número de habitantes urbanos sobre os rurais (BERTAPELI, 2009).

A construção da linha férrea acarretou na abertura de estradas de ligação de pontos estratégicos da região às estações ferroviárias, de modo a facilitar o acesso de pessoas e mercadorias. Foi o caso da estrada de Registro a Juquiá,

que atingia a estação terminal da ferrovia, e, posteriormente, de Cotia a Juquiá, passando por Ibiúna, Piedade e Tapiraí, via de conexão do Vale à cidade de São Paulo (TODESCO, 2007).

Com a construção, em 1961, da rodovia rodovia Régis Bittencourt (BR-116) – ligando a cidade de São Paulo a Curitiba –, as empresas de mineração passam a ter um novo interesse na região. A partir dos anos 70, as empresas mineradoras passam a atuar no território, o que ocasionou o prolongamento do ramal da estrada de ferro até Cajati (TODESCO, 2007), em 1981, para atender as fábricas de fertilizantes, cimento, extração de minérios e indústrias químicas que se instalaram no Vale (LOMBARDI, 2016).



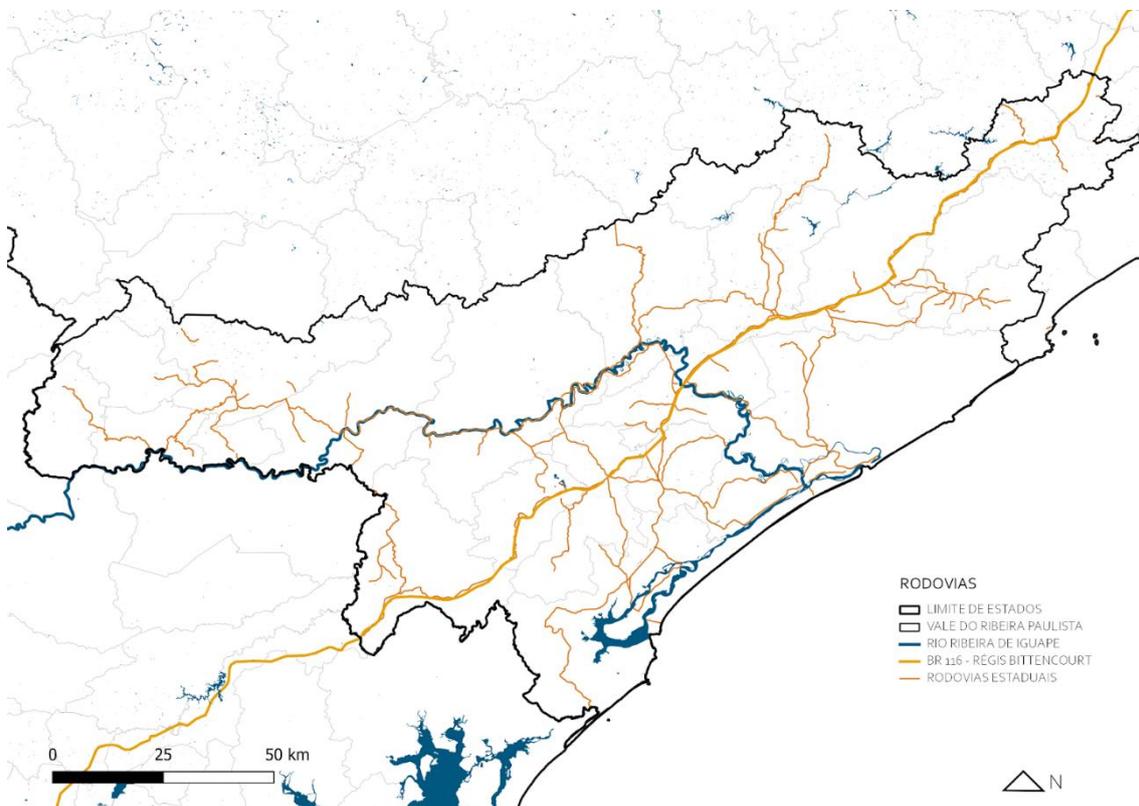
Mapa histórico. Ferrovia Santos-Cajati em 1981. Fonte: DATAGEO e SIGRB. Elaborado pela autora.

O trem de passageiros foi desativado permanentemente em 1997, e o de carga em 2003, quando o transporte foi suspenso e a linha desativada. A partir de então, o trecho Santos-Cajati foi abandonado, e os vagões e as locomotivas que ali operavam foram desviados para outros fluxos. Nos anos seguintes, a ferrovia passou a ser sucateada e ter suas peças e trilhos retirados para serem utilizados em outros trechos mais lucrativos (IRIB, 2018).

A inauguração do trecho São Paulo-Curitiba da rodovia BR-116 ocasionou um aumento da procura por terras na região, graças à melhoria na conexão e facilitação do deslocamento de pessoas e mercadorias do Vale do Ribeira para a capital, proporcionando um momento de crescimento econômico para a região. Essa dinâmica de ocupação territorial, no entanto, ocasionou a expulsão das populações tradicionais de seus territórios e a marginalização das mesmas por meio da apropriação de terra para a produção agrícola (SILVA, 2005). Com a valorização das terras, muitos imóveis rurais foram adquiridos por empresas de

construção civil, siderúrgicas, metalúrgicas, imobiliárias, empresas agrícolas e comerciais, que muitas vezes incorporaram as terras sem as aproveitar ou povoar, em um processo de especulação fundiária (MULLER, 1980).

Apesar de ter sido construída como uma aposta de impulso à economia na região, as condições precárias de manutenção da rodovia e das estradas estaduais e vicinais de acesso à BR-116 comprometiam o escoamento da produção regional, barrando o seu dinamismo econômico (SIMA, 2014). A rodovia era, em toda a sua extensão, lenta, estreita e acidentada, não comportando o fluxo de veículos pesados, que compõem mais de 60% de todos os veículos que nela passam por dia, por sua importância como corredor de transporte do Mercosul. A Régis Bittencourt foi, por muitos anos, conhecida como “rodovia da morte”, por conta do número de acidentes que nela aconteciam. Já na segunda metade da década de 1970, começaram as exigências pela duplicação da rodovia, que foi entregue completamente duplicada apenas em 2017, por atrasos em obras devido a desafios ambientais e desapropriações (RÉGIS BITTENCOURT, 2017).



Malha rodoviária do Vale do Ribeira. Fonte: DATAGEO e SIGRB. Elaborado pela autora.

A ferrovia e, posteriormente, as rodovias, deslocaram o eixo do comércio do litoral sul para Santos e São Paulo. A construção de meios de ligação do planalto do Vale do Ribeira à capital alterou a dinâmica dos deslocamentos da região, antes conectada a outros núcleos urbanos por meio do sistema formado pelo porto de Iguape e a navegação fluvial (DIEGUES, 2007).

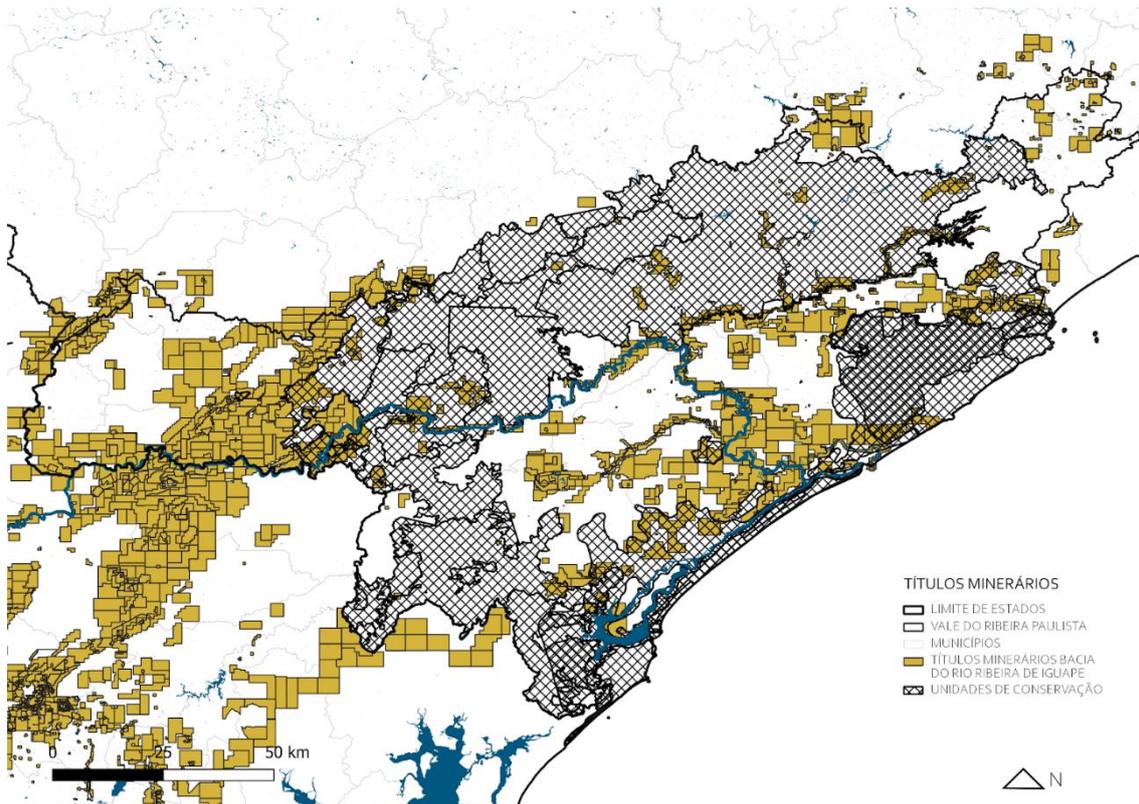
4.2.3 Minas

O Vale é uma área com grande quantidade de minérios, muito explorados na época da ocupação inicial da região. A exploração de fosfato em Cajati data de 1942 e acontece até hoje. Quatro barragens do complexo mineral industrial da cidade foram classificadas como de risco de rompimento e com capacidade de provocarem dano potencial médio. As barragens estão localizadas a aproximadamente três quilômetros do núcleo urbano de Cajati e a 1 km de duas comunidades rurais. A cidade não possui um plano de emergência (ROSSI, 2019).

Após a construção da BR-116, o interesse das mineradoras na região se intensificou, em especial a partir dos anos 1970. Hoje, o Vale do Ribeira detém algumas das maiores jazidas de minérios ainda inexploradas no estado, em especial devido às áreas de preservação ambiental. Para além das substâncias minerais, possui também materiais naturais destinados à indústria da construção civil (TODESCO, 2007). A mineração de agregados para construção civil no Vale do Ribeira, com extração de areia em leito dos rios, é a atividade mineradora mais expressiva do Vale fora de Cajati.

Com a apresentação do Plano Nacional de Mineração, elaborado em 2011, foram abertos 113 processos, entre pedidos para pesquisa, licenças ou concessão de lavras de diversos tipos de minérios no Vale do Ribeira apenas no ano de 2012, batendo recorde de pedidos de exploração de minérios na região (ESTADÃO, 2013). O plano, que apresenta metas até 2030, tem entre seus objetivos o aprofundamento do conhecimento geológico e a consolidação do Marco Regulatório da Mineração, com a previsão de ampliação de três a cinco vezes a exploração de minério no país (ISA, 2013).

O Vale do Ribeira como um todo possui uma grande pressão pela liberação de extração de minérios, inclusive em áreas de proteção ambiental e territórios de comunidades tradicionais reconhecidas. Segundo a WWF Brasil “A sobreposição de um volume grande de títulos minerários em áreas protegidas dá a dimensão da pressão por redução de tamanho ou de status de proteção que essas áreas enfrentam, além da pressão por liberar a atividade, restrita hoje ao garimpo ilegal.” (WWF, 2018).



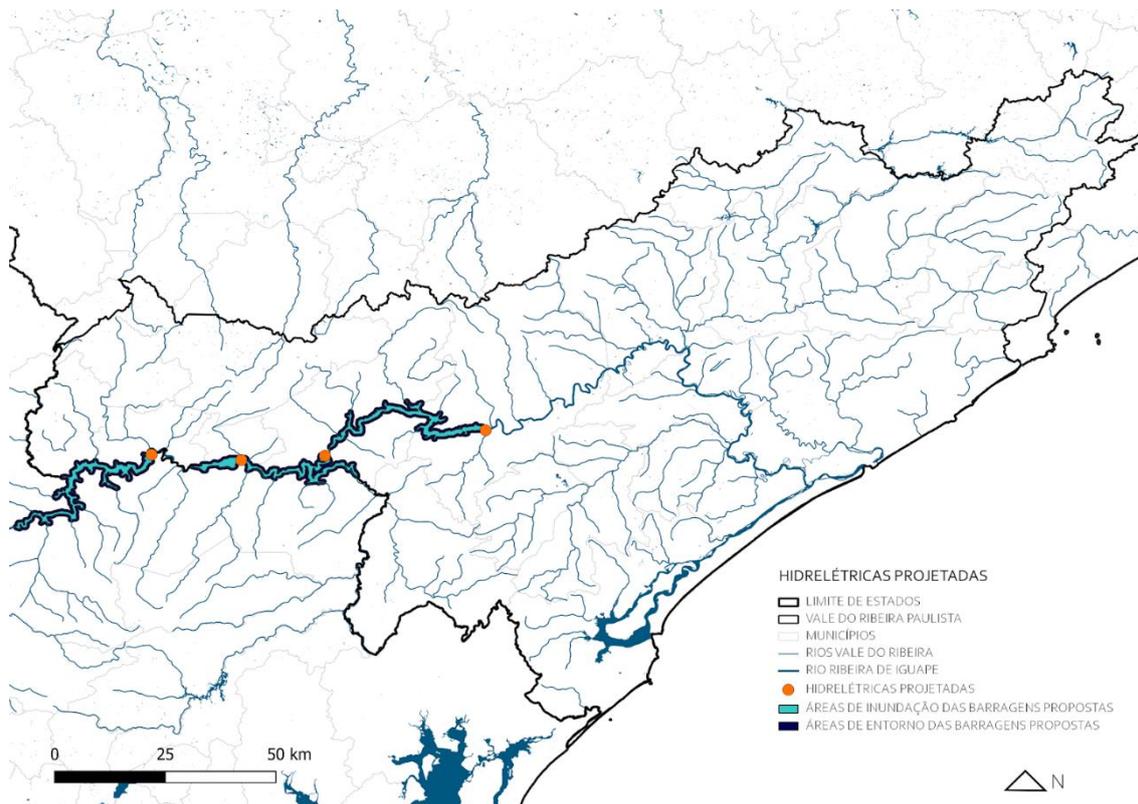
Títulos minerários e Unidades de Conservação. Fonte: DATAGEO e SIGRB. Elaborado pela autora.

4.2.4 Hidrelétricas

O Vale do Ribeira possui 7 hidrelétricas em funcionamento, nos rios Juquiá e Assungui. As hidrelétricas nos rios da bacia hidrográfica do rio Ribeira de Iguape, construídas pela empresa industrial produtora de alumínio CBA, entraram em operação entre os anos de 1947 e 1989. Além das usinas ativas, outras pequenas usinas foram instaladas em afluentes do rio Ribeira, desalojando fazendas, vilarejos e até cidades, e foram, posteriormente, abandonadas e sucateadas, à exemplo da usina construída no município de Eldorado, a poucos quilômetros da sede municipal (ISA, 2013).

O Rio Ribeira de Iguape é o maior rio que passa por terras paulistas que ainda corre livre, sem barragens (BRASIL DAS ÁGUAS, 2007). As tentativas e projetos de usinas hidrelétricas para o rio, no entanto, existiram, acompanhados e anos de muita luta e resistência contra o licenciamento das obras por parte de movimentos das comunidades quilombolas, caiçaras e ribeirinhas associadas ao Movimento dos Ameaçados por Barragens (Moab).

Um estudo de inventário hidrelétrico aprovado pelo governo federal na primeira metade da década de 1990 previa a construção, pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), de quatro barragens no rio Ribeira de Iguape: Tijuco Alto, Funil, Itaoca e Batatal (MOAB, 2014). Apenas o projeto de Tijuco Alto seguiu em frente, que, assim como o de outras barragens na região, prometia o desenvolvimento local, maior oferta de empregos, e contenção de cheias. A barragem estava prevista para ser construída no alto curso do rio, entre os municípios de Ribeira e Adrianópolis (PR).



Hidrelétricas projetadas para o rio Ribeira de Iguape. Fonte: DATAGEO e SIGRB. Elaborado pela autora.

As quatro barragens foram projetadas no Alto e Baixo Ribeira, áreas com a maior concentração de cavernas e comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. Se construídas, inundariam permanentemente em torno de 11 mil hectares, incluindo áreas de cavernas, Unidades de Conservação, núcleos urbanos, terras de comunidades quilombolas e de pequenos agricultores, além de alterar o regime hídrico do rio (MOAB 2014), mostrando ser não apenas uma ameaça à paisagem ambiental, mas também cultural. Após 28 anos de pressão popular, liderada pelas comunidades tradicionais da região, em especial as comunidades quilombolas, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) negou a licença ambiental para a construção da hidrelétrica em 2016 (ISAB, 2016).

4.3 ASSENTAMENTOS

A densidade populacional e a oscilação do número de habitantes do Vale do Ribeira seguiram os diversos ciclos econômicos da região. Quando os ciclos se desestruturavam, a população branca deixava o planalto em direção ao litoral e outras regiões, como o Rio de Janeiro e a Baixada Santista, causando declínio demográfico. Quando eram prósperos, a população migrava de volta para o Vale, aumentando a população.

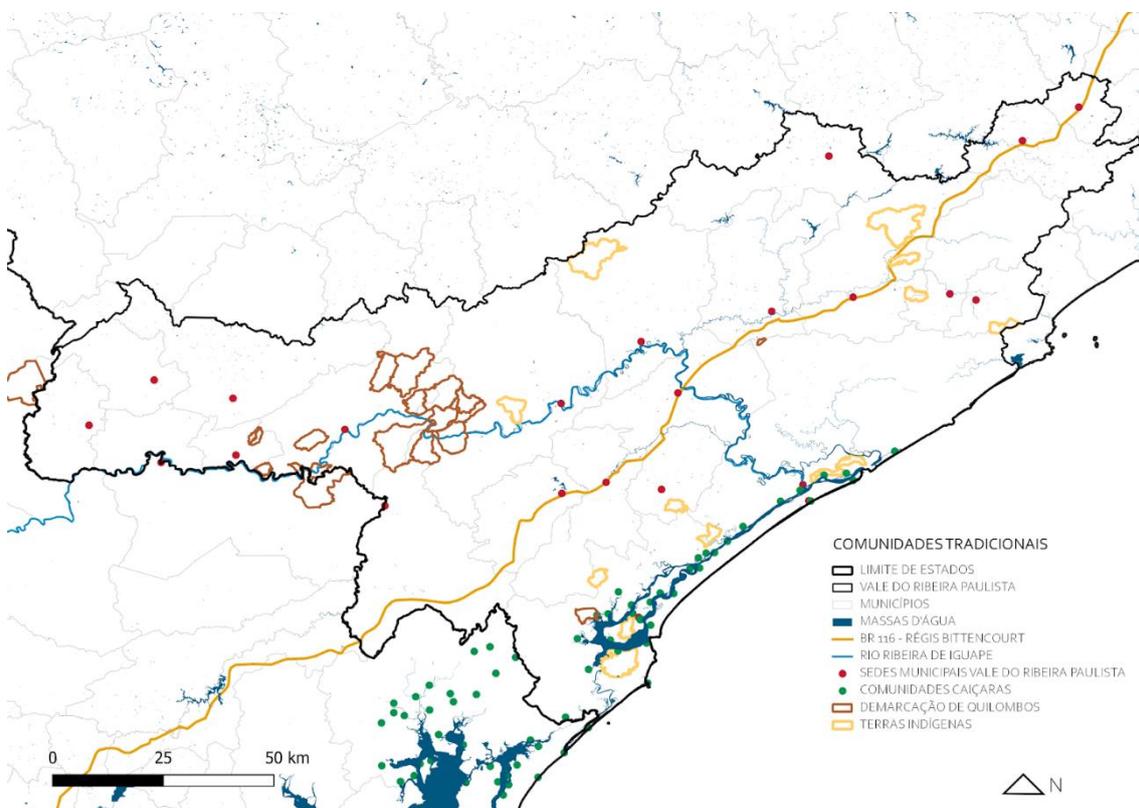
Ao longo do rio Ribeira de Iguape, durante o ciclo paulista do ouro, surgiram os primeiros núcleos de povoamento do Vale do Ribeira, formados a partir dos arraiais de garimpo. A atividade mineradora ao longo do Rio Ribeira de Iguape resultou na criação, já no século XVI, dos municípios de Cananéia e Iguape, pontos de conexão do Vale do Ribeira com outros centros da capitania de São Vicente e, posteriormente, outras capitanias hereditárias, por meio da

navegação marítima (GIACOMINI, 2010). Cananéia é considerada a primeira vila do Brasil, fundada em 1531. (SÃO PAULO, 2010).

Com a construção da estrada de ferro e da BR-116, a região lagunar de Iguape-Cananéia, que até então era caracterizada como o centro social e econômico do Vale do Ribeira, começou a perder relevância econômica para a região. As áreas férteis, de onde saía a produção, começaram a se comunicar diretamente com o planalto do Vale do Ribeira e com as cidades de Santos e São Paulo, o que gerou um fluxo migratório para o planalto. Isso, somado à implantação da cultura da banana ao longo da linha férrea e da cultura de chá trazida pelas colônias japonesas na região de Registro, fez com que essa cidade se tornasse o principal núcleo do Vale do Ribeira, ultrapassando a antiga capital litorânea em relevância econômica (DIEGUES, 2007).

A formação das comunidades tradicionais que caracterizam o Vale do Ribeira se deu paralelamente à história de ocupação do território retratada acima. As comunidades se formaram à margem dos ciclos econômicos implementados, ao longo dos anos, pela descontínua e instável ocupação portuguesa do território (GIACOMINI, 2010).

As comunidades tradicionais do Vale do Ribeira, mapeadas abaixo, tem seus históricos de ocupação e assentamento no território relacionados e entrelaçados. As comunidades tem semelhanças em suas heranças lingüísticas, técnicas patrimoniais, mitos e lendas, com contribuições de indígenas e negros, passaram por processos de expulsão pelos colonos europeus e hoje passam por processos de luta por demarcação e reconhecimento semelhantes.



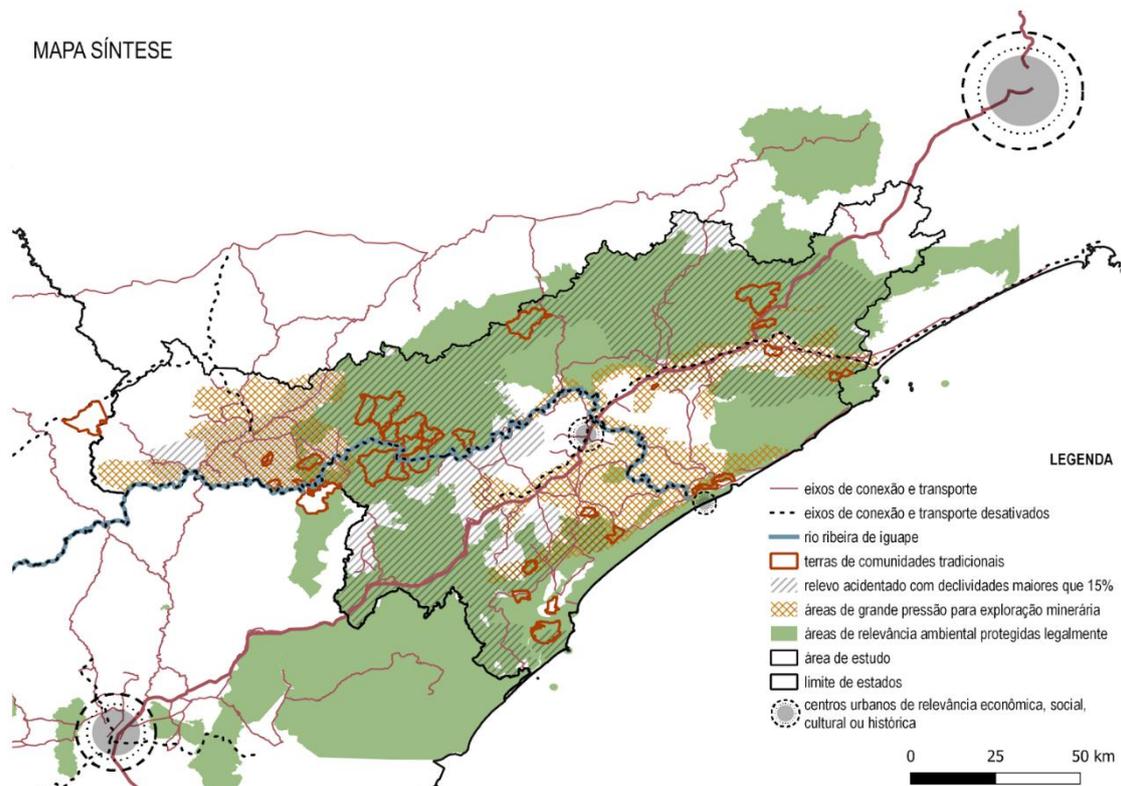
Mapa das comunidades tradicionais do Vale do Ribeira. Fonte: SIGRB. Elaborado pela autora.

Quando os primeiros colonizadores europeus chegaram à região, no início do século XVI, o Vale era habitado por indígenas Guaranis. As bandeiras, iniciadas junto com a colonização da região, promoveram, além da busca por metais preciosos, o aprisionamento de indígenas (MUNARI, 2009), que, em fuga, se utilizaram das extensas áreas protegidas por serras e rios de navegação perigosa do Vale do Ribeira como pontos de abrigo, formando comunidades refugiadas isoladas (GIACOMINI, 2010), para fugir e se esconder dos bandeirantes. Muitas dessas comunidades foram, posteriormente, integradas por negros fugitivos, abandonados ou alforriados, que encontraram refúgio nas mesmas.

As aldeias indígenas do Vale possuem ocupações semelhantes do território, quase sempre aos pés de serras e em áreas de mata preservada, sinais da preservação natural característica do modo de vida e produção indígenas. As habitações e roças se dispõem, de maneira geral, na parte plana das aldeias, enquanto as plantações se espalham e se alternam sazonalmente pelo restante do território, respeitando a geografia, de modo a não exaurir os recursos naturais, em respeito à terra (PORANTIM, 2016).

A população caiçara existiu na região durante todos os períodos de formação da paisagem e ciclos econômicos do Vale do Ribeira. Os caiçaras formaram suas comunidades no interstício da Mata Atlântica junto ao mar, estuários, mangues, restingas e lagunas, e se utilizam dos recursos naturais da mata para a reprodução de seu modo de vida. A ocupação caiçara construiu um território rico em diversidade biológica e cultural, com base em saberes tradicionais sobre o mar e a mata, desempenhando um papel fundamental na construção de sistemas de manejo e preservação da natureza (DIEGUES, 2007). Tem sua economia baseada na associação entre pesca e agricultura para subsistência e não possuem uma noção de autoridade formal.

MAPA SÍNTESE



Mapa Síntese. Fonte: Elaborado pela autora.

4.3.1 Comunidades Quilombolas

A entrada da população africana escravizada na região, entre os séculos XVII e XVIII, esteve diretamente ligada à demanda por mão-de-obra na mineração, diferentemente do resto do estado de São Paulo, onde a demanda surgiu a partir do século XIX, com a cultura do café (ITESP, 1998).

O maior contingente de população cativa teve seu princípio no arraial de Ivaporunduva, localizado no encontro do rio Ivaporunduva com o rio Ribeira. Dele, se originou a comunidade negra mais antiga do Vale do Ribeira, o Quilombo de Ivaporunduva. O arraial de Ivaporunduva concentrava ouro e cativos, o que atraía pessoas e o transformou na maior economia de da freguesia de Xiririca (PAES, 2014), testemunhado pela Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, construída em 1791 com mão-de-obra escrava negra e remanescente até hoje no território (GIACOMINI, 2010).

Com o declínio do ciclo do ouro, no fim do século XVII, o esvaziamento da população branca no Médio Ribeira ocasionou a permanência da população negra na região, derivada das alforrias e do abandono de escravizados pelos senhores devido à dificuldade de manutenção da escravaria. Essa população ocupou terras abandonadas e, orientados pelos rios, desbravaram terras intocadas no meio da mata densa, ao longo do rio Ribeira, e se estabeleceram às margens de seus afluentes. Foram ocupados morros e encostas, e clareiras foram abertas, ao longo de rios secundários, para a instauração de lavouras de subsistência (PAES, 2014).

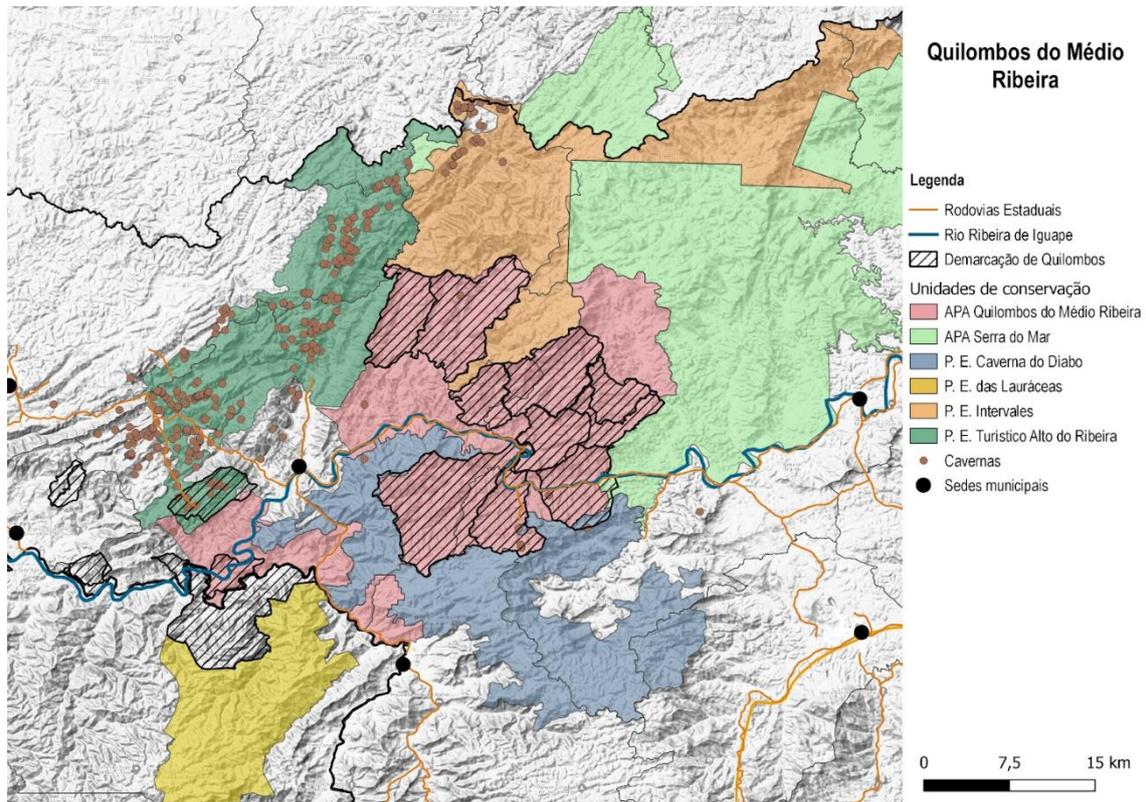
Apesar do aumento do número de escravos livres, a escravidão continuou existindo na região até o final do ciclo econômico seguinte, a monocultura comercial do arroz, por proprietários de terras mais abastados. Durante esse período, é apontada por STUCCHI (2000) a coexistência e relações de convivência entre negros livres e escravizados (apud. PAES, 2014).

O fim do ciclo do ouro e, posteriormente, o fim da monocultura comercial do arroz e a sanção da Lei Áurea, em 1888, fizeram com que, então, a região passasse a ser caracterizada por um novo contingente populacional, formado por escravos libertos, refugiados e abandonados, que se uniram, também, a comunidades de indígenas e caboclos (ANDRADE, et. al, 2000; QUEIROZ, 2006; CARVALHO, 2006; PAEZ, 2007, apud. MUNARI, 2009), se constituindo em bairros rurais (MUNARI, 2009).

Os bairros rurais são unidades territoriais constituídas a partir de uma identidade territorial em isolamento parcial da sociedade dominante. As populações em questão ocuparam a paisagem e se estabeleceram, em um processo de interiorização ao longo do Rio Ribeira, como produtores agrícolas autônomos, formando comunidades com uma economia de subsistência paralela à dominante, em meios e padrões de ocupação que se mantiveram praticamente inalterados até o fim do século XX (MUNARI, 2009). Historicamente, os bairros quilombolas têm sua economia baseada na agricultura familiar de subsistência e na prática de caça e coleta, com a comercialização de excedentes em mercados locais (MUNARI, 2009).

Ao longo do século XIX, os bairros negros eram vistos pelo governo e pela população branca como potencialmente perigosos, retratados como um lugar de “criminosos” desde o período colonial. Ao longo dos anos, também viraram alvos de perseguição. A população negra do Vale do Ribeira virou, ao longo do século, alvo do recrutamento militar forçado, em especial para a Guerra do Paraguai, em 1865. A partir dos anos 20 do século XIX, as obras públicas na região, em especial estradas, também foram motivo de perseguição da população negra, que foi perseguida e reescravizada para suprir a necessidade de mão de obra para trabalho nas obras (GIACOMINI, 2010).

A fuga da população negra das duas perseguições citadas fez com que as mesmas buscassem refúgio em lugares de difícil acesso, em especial cavernas (GIACOMINI, 2010), localizadas no Médio Ribeira.



Mapa Síntese Quilombos do Médio Ribeira. Fonte: DATAGEO e SIGRB. Elaborado pela autora.

Até os anos 1950, as populações se mantiveram isoladas, mantendo seus modos de vida e produção tradicionais. Os investimentos em infraestrutura, à exemplo da construção da BR-116, e as políticas desenvolvimentistas para a região atraíram especuladores de terra e novos sujeitos interessados na exploração comercial do Vale, que interferiram no modo de vida das populações. Seguindo as tendências para a região na época, foi instalada, no Médio Ribeira, uma fábrica de palmito, que é apontada por Queiroz (2006) e Paes (2007) como o primeiro momento de desestabilização do modo de vida tradicional das comunidades quilombolas (apud. MUNARI, 2009), que começaram a abandonar, gradualmente, a agricultura de subsistência (MUNARI, 2009). Muitos moradores das comunidades quilombolas, a partir de então, passaram a trabalhar na extração de palmito ou vender sua mão-de-obra para fazendeiros, que se

instalaram na região ocupando até mesmo porções de territórios quilombolas (CARVALHO, 2006).

Nos anos 1960, se iniciaram dois processos distintos de controle e integração do território. Por um lado, as criações de áreas protegidas, que englobaram territórios quilombolas e restringiram seus modos de vida, pela proibição de intervenção humana. Por outro, a construção da SP-165, em 1969, estrada de ligação de Eldorado a Iporanga, no Médio Ribeira, que atraiu interesse econômico e a instalação de novos atores sociais que introduziram a pecuária na região, em um violento processo de grilagem (MUNARI, 2009).

Os quilombolas permaneceram, desde então, na região praticando a agricultura, o artesanato e o extrativismo do palmito, sendo grande parte de suas terras consideradas devolutas até meados dos anos 80 (DIEGUES, 2007). Foi só com a Constituição Federal de 1988 que o direito das comunidades remanescentes de quilombos às terras por elas ocupadas foi garantido.

As comunidades são organizadas e engajadas social e politicamente, tendo integrantes filiados ao MOAB, na luta e resistência contra a construção de barragens que ameaçam a região, e ao Instituto Socioambiental (ISA) e reconhecimento e titulação pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), resultado de anos de luta e resistência dos membros das comunidades. A luta pela terra e contra os projetos de hidrelétricas no Rio Ribeira fizeram com que as comunidades do Médio Ribeira se estabelecessem no território e formalizassem suas organizações.

Os quilombos estão localizados em áreas de mata preservada em vales e ao pé de morros, próximos a cavernas, em áreas de acesso dificultado, distantes da linha férrea, da BR-116 e dos núcleos urbanos, o que garantiu a permanência no território com pouca interferência externa até os dias de hoje. Assim, é possível observar a inegável a relação entre a paisagem cultural dos quilombos do Médio Ribeira e a paisagem natural do território que ocupam, que possuem uma relação causal muito estreita entre si, em especial com relação ao histórico de ocupação das comunidades, orientado pelo relevo, a hidrografia, as cavernas, a mata e os recursos naturais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2006, foi instituído o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), que tem como uma de suas diretrizes “assegurar os direitos territoriais das comunidades quilombolas e dos povos indígenas como instrumento para conservação de biodiversidade” e objetivo de “solucionar os conflitos decorrentes da sobreposição das unidades de conservação com terras indígenas e terras quilombolas.” (BRASIL, 2006). Como consequência, em 2008, as áreas de quilombos do Médio Ribeira foram desmembradas da APA Serra do Mar, com a criação da Área de Proteção Ambiental dos Quilombos do Médio Ribeira e alteração dos limites do Parque Estadual de Jacupiranga. Assim, os quilombos da região passaram de unidades de conservação de proteção integral para unidades de conservação de uso sustentável (BRASIL, 2008). Mesmo com a alteração na demarcação das Unidades de Conservação, os quilombolas ainda reivindicam melhorias na legislação para se adequarem aos seus modos de vida e atividades tradicionais. As regras de licenciamento e fiscalização, por exemplo, não contemplam a realidade dos pequenos produtores e dificultam que a

produção das comunidades quilombolas alcance um mercado maior (ISA, 2017). Algumas comunidades indígenas, caiçaras e quilombolas do restante do território ainda estão inscritas em UCs de proteção integral, em ameaça a seus modos de vida.

A discussão sobre a preservação dos patrimônios natural e cultural se torna ainda mais relevante no momento político que vivemos hoje. Projetos que ameaçam os direitos de povos tradicionais e a proteção ao meio ambiente no Brasil vem ganhando cada vez mais força, em especial no governo Jair Bolsonaro. Os projetos de lei do “combo da morte”, revividos e postos para análise esse ano, alteram as regras de proteção de territórios de comunidades tradicionais, enfraquecem a legislação ambiental, favorecem a formação de latifúndios em terras públicas e minam a reforma agrária (MODELLI, 2021).

O reconhecimento da relação entre a resistência das comunidades tradicionais no território ao longo dos anos e o alto índice de preservação ambiental é de suma importância para a manutenção da preservação e para a garantia da permanência das comunidades no território. Evidenciar e formalizar a paisagem cultural do Vale do Ribeira enquanto manejadora e protetora da paisagem natural ajuda não apenas a garantir a preservação da flora e fauna originárias do território, mas, também, o direito à terra e proteção dos modos de vida tradicionais das populações do Vale. As comunidades quilombolas, além de, historicamente, manejarem a mata e os recursos naturais e resistirem à entrada de exploradores, lutam, diariamente, para garantir que os rios, a floresta, os animais e a terra, de importância para a cultura e a sobrevivência das comunidades, sejam respeitados e protegidos. A resistência à construção de barragens, ao avanço da mineração e à exploração em larga escala da mata atlântica e a luta pelo reconhecimento dos modos de vida e produção quilombola são alguns dos motivos pelos quais a paisagem do Vale do Ribeira se encontra como é hoje: o maior remanescente contínuo de mata atlântica do Brasil e uma das regiões de maior biodiversidade do mundo.

REFERÊNCIAS

BERTAPELI, Vladimir. O IMAGINÁRIO CAIÇARA: CONSERVAÇÃO DO SEU ESPAÇO E SUAS TRANSFORMAÇÕES. Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Filosofia e Ciências, 2009.

BITAR, Omar Yazbek. MINERAÇÃO E USOS DO SOLO NO LITORAL PAULISTA: ESTUDO SOBRE CONFLITOS, ALTERAÇÕES AMBIENTAIS E RISCOS. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1990.

SAUER, Carl Ortwin. A morfologia da paisagem. University of California Publications in Geography, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 19–54, 1925.

SABATÉ, Joaquín. Algunos retos en la representación del territorio : el dibujo como instrumento interpretativo , narrativo y de proyecto Some challenges about the representation of the territory : drawing as an interpretative , narrative and project tool. [S. l.], v. 14, n. 2, p. 1–18, 2016.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS DA BACIA DO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL. CBH-R, 2021. <<https://www.sigrb.com.br/?id=5>>. Acesso em: 16/03/21.

GOVERNO DE SP APRESENTA RELATÓRIO DO FÓRUM DE MINERAÇÃO DO VALE DO RIBEIRA. Governo do Estado de São Paulo, 24/08/20. <<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/2020/08/governo-de-sp-apresenta-relatorio-do-forum-de-mineracao-do-vale-do-ribeira/>>. Acesso em: 15/12/21.

Impactos socioambientais da mineração no Vale do Ribeira são debatidos em seminário. ISA, 20/06/13. <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/impactos-socioambientais-da-mineracao-no-vale-do-ribeira-sao-debatidos-em-seminario>>. Acesso em: 18/01/21.

LANÇAMENTO PLANO CAVERNAS DA MATA ATLÂNTICA. PETAR, 14/12/2019. <<https://petaronline.com.br/lancamento-plano-cavernas-da-mata-atlantica/>>. Acesso em: 18/01/21.

ROAC EXPRESSO 2020: 27 PROJETOS APOIADOS SÃO DA REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA. Governo do Estado de São Paulo, 09/12/20. <<https://www.cultura.sp.gov.br/proac-expresso-2020-27-projetos-apoiados-sao-da-regiao-do-vale-do-ribeira/>>. Acesso em: 04/02/21.

ELINBAUM, Pablo. Una relación renovada entre el plan y el proyecto. Revista Iberoamericana de Urbanismo (RIURB), [S. l.], n. 7, p. 117–137, 2012.

ELINBAUM, Pablo. Plan y proyecto territorial en las comarcas centrales de cataluña. herramientas de ordenación para una nueva escala de ciudad. Eure, [S. l.], v. 40, n. 121, p. 601–620, 2014. DOI: 10.4067/s0250-71612014000300011.

SILVA, Newton José Rodrigues. Dinâmicas De Desenvolvimento Da Piscicultura E Políticas Públicas No Vale Do Ribeira/SP E Alto Vale Do Itajaí/SC – Brasil. UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - Centro de Aquicultura, [S. l.], v. 1, p. 579, 2005.

CARLOS, Luis; ALMEIDA, Ferreira De; HELENA, Maria; ANTUNIASSI, Rocha; ALCIVANIA, Francisca; SILVA, De Melo. Seriam As Questões Ambientais Entraves Ao Desenvolvimento Do Vale Do Ribeira ? Cadernos Ceru, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 93–104, 2016.

Relatório Técnico-Científico Sobre Os Remanescentes Da Comunidade De Quilombo De São Pedro , No Vale Do Ribeira / São Paulo. [S. l.], 1998.

DIEGUES, A. C. S. Pesca E Marginalização No Litoral Paulista. [S. l.], p. 191, 1973.

AMVALES. A Mineração de Agregados para Construção Civil no Vale do Ribeira: Visão e Demandas do Setor. Fórum de Mineração do Vale do Ribeira, 2020.

Disponível em: https://smastr16.blob.core.windows.net/home/2020/03/apres.-amavales_-_pablo-fernandez.pdf

MCHARG, Ian L. Design with Nature. Natural History Press, 1969.

NASCIMENTO, Flávia Brito Do; SCIFONI, Simone. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira- SP. Revista CPC, [S. l.], v. 0, n. 10, p. 29, 2010. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v0i10p29-48.

GIACOMINI, Rose Leine Bertaco. CONFLITO IDENTIDADE E TERRITORIALIZAÇÃO Estado e Comunidades Remanescentes de Quilombos do Vale do Ribeira de Iguape-SP. [S. l.], p. 389, 2010.

GONÇALVES, Rogério Bessa. O sincretismo de culturas sob a ótica da arquitetura vernácula do imigrante japonês na cidade de Registro, São Paulo. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 11–46, 2008. DOI: 10.1590/s0101-47142008000100002.

SÃO PAULO. Vale do Ribeira. [S. l.], p. 1–125, 2010. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/vale-do-ribeira>.

NAME, Leo. O conceito de paisagem na geografia e sua relação com o conceito de cultura. GeoTextos, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 163–186, 2011. DOI: 10.9771/1984-5537geo.v6i2.4835.

UNESCO. Convenção para a proteção do Patrimônio mundial, cultural e natural. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, [S. l.], p. 16, 1972. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>.

VECSLIR, Lorena; TOMMEI, Constanza. Hacia un proyecto territorial para un paisaje cultural. La quebrada de humahuaca, Jujuy, Argentina. Bitacora Urbano Territorial, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 61–74, 2013.

ROMÃO, Devancyr Aparecido. O Vale do Ribeira tem jeito? O ecoturismo como uma alternativa de inclusão das comunidades locais. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. [S. l.], v. 1, p. 69, 2001.

MUNARI, Lucia Chamlian. Memória social e ecologia histórica: a agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da Mata Atlântica local. Dissertação de mestrado, [S. l.], p. 1–217, 2009.

CARVALHO, Maria Celina Pereira de. Bairros negros do Vale do Ribeira : do “escravo ao “quilombo”. Campinas, SP : [s.n.], 2006.

PAES, Gabriela Segarra Martins. Ventura e Desventura no Rio Ribeira de Iguape. [S. l.], p. 1–285, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13052014-112252/>.

GOMES, Marcelo José da Silva. Utilização de métodos geofísicos em sambaquis fluviais, região do Vale do Ribeira de Iguape - SP/PR. 2003. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. doi:10.11606/D.8.2004.tde-31032004-104614.

https://www.pucsp.br/~diamantino/PAISAGEM.htm#_edn1

Patrimônio Mundial Natural e Reservas da Biosfera no Brasil. UNESCO, 2021. <<https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/natural-world-heritage>>. Acesso em: 14/07/21

Incra: Mais duas comunidades quilombolas paulistas são reconhecidas pelo Incra. IRIB, 2018. <<https://www.irib.org.br/noticias/detalhes/incra-mais-duas-comunidades-quilombolas-paulistas-sao-reconhecidas-pelo-incra>>. Acesso em: 10/08/21

Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira. Instituto Socioambiental, 2013. <https://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/pdf-publicacao-final_inventario>. Acesso em: 28/08/21

Terra Guarani é identificada pela Funai. Instituto Socioambiental, 27 de Janeiro de 2017. <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/terra-guarani-e-identificada-pela-funai>> Acesso em: 26/08/21

PORANTIM. Ribeira: Vale do sonho Guarani. [S. l.], 2016. Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Porantim-384_abr-2016.pdf

DIEGUES, Antonio Carlos. Diversidade biológica e cultural no Complexo Estuarino Lagunar de Nupaub, [S. l.], p. 1–17, 1997.

DIEGUES, Antonio Carlos. O Vale do Ribeira e Litoral de São Paulo: meio-ambiente, história e população. CENPEC, [S. l.], 2007.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020. <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp>> Densidade populacional 2010. IBGE, 2010. <https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_do_brasil/sociedade_e_economia/mapas_murais/densidade_populacional_2010.pdf>

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. O PATRIMÔNIO E A S PAISAGENS : NOVOS CONCEITOS PAR A VELHA S CONCEPÇÕES? FAUUSP. 1. [S. l.], p. 83–118, 2012.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. Zoneamento ecológico-econômico setor costeiro do Vale do Ribeira. São Paulo, 2014. Disponível em: http://arquivo.ambiente.sp.gov.br/cpla/2018/05/proposta_zee_valedoribeira_2014.pdf

FUNDAÇÃO FLORESTAL . Parque Estadual Intervales. São Paulo, 2021. Disponível em: http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/2012/01/1.%20Volume%20Principal/cad%20_DIAGNOSTICO%20E%20AVALIACAO/pag%20191_238%20CLIMA.pdf

GOMES, Marcelo José da Silva. Utilização de métodos geofísicos em sambaquis fluviais, região do Vale do Ribeira de Iguape - SP/PR. 2003. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. doi:10.11606/D.8.2004.tde-31032004-104614. Acesso em: 2021-08-25.

Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul, Apresentação. SIGRH, 2021. <<https://sigrh.sp.gov.br/cbhrb/apresentacao>>. Acesso em: 02/08/21

Mata Atlântica. Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), 2021. <<http://inct-bionat.iq.unesp.br/biomas/mata-atlantica/>>. Acesso em: 10/06/21

PROJETO BRASIL DAS ÁGUAS. Sete Rios. Brasília, 2007. http://brasildasaguas.com.br/wp-content/uploads/sites/4/2013/05/Rio-Ribeira_Relatorio.pdf

CAMARGO, Paulo Fernando Bava de. Portos do Vale do Ribeira paulista: uma abordagem arqueológica. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, Suplemento 8: 115-165, 2009.

LOMBARDI, Araê Claudinei. ANÁLISE-DIAGNÓSTICO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS NO TERRITÓRIO DO VALE DO RIBEIRA/SP. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). São Paulo, 2016

GALVANESE, Carolina Simões et al. INCLUSÃO SOCIAL E BLOQUEIOS ESTRUTURAIS: A DINÂMICA TERRITORIAL NO VALE DO RIBEIRA. XVI ENANPUR. Belo Horizonte, 2015.

Estações Ferroviárias do Brasil, 2021. <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/v/verdemar.htm>>. Acesso em: 29/09/21

TODESCO, Carolina. Estado e o Terceiro Setor na organização do espaço para o turismo no Vale do Ribeira. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2007.

RÉGIS BITTENCOURT é duplicada após ficar mais de sete anos em obras. G1 Santos, 19/12/2017. <<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/regis-bittencourt-e-duplicada-apos-ficar-mais-de-cinco-anos-em-obras.ghtml>>. Acesso em: 27/08/21

Vale do Ribeira tem recorde de pedidos de exploração de minérios. ESTADÃO, 01/07/2013 <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,vale-do-ribeira->

tem-recorde-de-pedidos-de-exploracao-de-minerios-imp-,1048814>. Acesso em: 27/08/21

Cajati, SP, lidera a arrecadação por exploração de minérios. G1 Santos, 27/02/2017. <<http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2017/02/cajati-sp-lidera-arrecadacao-por-exploracao-de-minerios.html>>. Acesso em: 22/07/21

Títulos minerários em áreas protegidas são risco potencial. WWF Brasil, 09/10/2018. <<https://www.wwf.org.br/?67842/Mineracao-em-areas-protegidas-titulos-sao-risco-potencial-diz-estudo-do-WWF-Brasil>>. Acesso em: 22/07/21

Impactos socioambientais da mineração no Vale do Ribeira são debatidos em seminário. ISA, 20/06/13. <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/impactos-socioambientais-da-mineracao-no-vale-do-ribeira-sao-debatidos-em-seminario>>. Acesso em: 22/07/21

ROSSI, Mariane. Barragens de risco em SP não possuem plano de emergência e preocupam a população. G1 Santos, 03/02/2019. <<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2019/02/03/barragens-de-risco-em-sp-nao-possuem-plano-de-emergencia-e-preocupam-a-populacao.ghtml>>. Acesso em: 27/08/21

Complexo Juquiá, Votorantim Energia, 2021. <<https://www.venergia.com.br/usinas-e-parques/>>. Acesso em: 27/08/21

Transposição e hidrelétricas: o desconhecido Vale do Ribeira (PR-SP). ISA, 2013. <<https://uc.socioambiental.org/noticia/132382>>. Acesso em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/justica-declara-extinta-concessao-para-usina-no-vale-do-ribeira-sp.ghtml>

MOAB. Boletim MOAB Vale do Ribeira. A ameaça das barragens no Ribeira de Iguape, 2014. Disponível em: <https://www.quilombosdoribeira.org.br/sites/quilombosdoribeira.org.br/files/arquivos/boletim-moab-F.pdf>

População do Vale do Ribeira está livre de Tijuco Alto. ISA, 16/11/2016. <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/populacao-do-vale-do-ribeira-esta-livre-de-tijuco-alto>>. Acesso em: 13/06/21

MODELLI, Laís. 'Combo da morte': entenda por que 5 projetos de lei no Congresso são apontados como ameaças ao meio ambiente, quilombolas e indígenas. G1, 25/08/2021. <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2021/08/25/combo-da-morte-entenda-por-que-5-projetos-de-lei-no-congresso-sao-apontados-como-ameacas-ao-meio-ambiente-quilombolas-e-indigenas.ghtml?utm_source=push&utm_medium=app&utm_campaign=pushg1>. Acesso em: 01/09/21.

DECRETO Nº 5.758, DE 13 DE ABRIL DE 2006. Presidência da República. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2006.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5758.htm>. Acesso em: 29/08/21.

LEI Nº 12.810, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2008. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 2008. <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2008/lei-12810-21.02.2008.html>>.

APA Quilombos do Médio Ribeira. Guia de Áreas Protegidas, 2021. <<https://guiadeareasprotegidas.sp.gov.br/ap/area-de-protecao-ambiental-quilombos-do-medio-ribeira/>>. Acesso em: 12/05/21.

9 MIL FAMÍLIAS À ESPERA DE TERRA. Sistema informatizado agiliza cadastro e revela perfil dos sem-terra em São Paulo. Revista Fatos da Terra, Maio/Junho. ISA, 2016. Disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br/fatosdaterra/pdf/FatosTerra17.pdf>

SOUZA, Patrícia Borba de. Direitos, comunidades quilombolas e a conservação da biodiversidade: O exemplo do Vale do Ribeira/SP. Tese de Doutorado, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2017.

QUEIROZ, Alessandra Natali; QUEIROGA, Eugenio Fernandes. UNIDADES DE PAISAGEM: MATERIAIS E METODOLOGIA PARA UMA AVALIAÇÃO PAISAGÍSTICA E AMBIENTAL. São Paulo, 2016.

SILVA, André Luiz Ferreira. Onde os direitos ambientais sobrepõem direitos humanos na mata Atlântica brasileira: Estudo a respeito da diversidade cultural em comunidades tradicionais sobrepostas por Unidades de Conservação no Vale do Ribeira, SP. Universidade de São Paulo Escola Superior de Agricultura. [S. l.]. São Paulo, 2012.

REIS, Vivian. SP tem 51 quilombos, sendo que 34 deles aguardam regularização fundiária pelo estado e União. G1, 2018. <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/11/18/sp-tem-51-quilombos-sendo-que-34-deles-aguardam-regularizacao-fundiaria-pelo-estado-e-uniao.ghtml>>. Acesso em: 12/05/21.